

Nos períodos comparados, o feijão teve seu consumo per capita diminuído em praticamente todas as áreas, sendo os acréscimos, onde ocorreram, de pequeno significado (Salvador, de 13,0 kg para 13,4 kg); Rio de Janeiro (de 13,6 para 13,8 kg/per capita/ano); Curitiba (de 8,3 para 8,6) e Brasília (de 10,0 para 11,3 kg/ano). Em 1995/96, os aumentos de consumo foram encontrados em Fortaleza (de 15,6 para 15,1 kg), Rio de Janeiro (de 13,6 para 13,8 kg) e Salvador (de 13 para 13,4 kg/ano.) As maiores quedas ocorreram em São Paulo (de 11,3 para 7,4 kg), Porto Alegre (de 9,4 para 6,4 kg) e Belo Horizonte (de 12,4 para 9,7 kg/ano).

Segundo a POF, 73% do feijão consumido no Brasil é representado pelos tipos preto e rajado (carioquinha), que se equivalem em consumo per capita. A produção de feijão preto concentra-se no Paraná e tem o mercado do Rio de Janeiro como principal destinatário. Já o Carioquinha, e outros tipos de feijão “de cor” são produzidos nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste (cultivos irrigados, no Platô de Irecê, Bahia) e são comercializados por atacadista-cerealistas em todo o Brasil. À semelhança do arroz, o maior canal de comercialização em nível de varejo são os supermercados, que recebem o produto embalado em unidades de 1 kg, acondicionados em fardos. No Nordeste, como no Tocantins, há forte participação na produção e consumo regionais, do feijão *Vigna* (feijão de corda ou Macassar).

#### (3.4) Mercado do Tocantins

A produção tocaninense de feijão, predominantemente realizada por pequenos agricultores e de subsistência, tem os pequenos excedentes comercializados no próprio Estado, ainda um importador do grão, mormente do Estado de Goiás. A produção da área-programa se destaca, sendo responsável por mais de 60% do feijão produzido no Estado. Considerando o consumo per capita médio do país, de 11,6 kg/hab./ano, o consumo interno do Tocantins pode ser estimado em cerca de 13 mil toneladas/ano. Deve ser lembrado que a população tocaninense tem o hábito de consumir feijão *Vigna* (“feijão de corda” ou “feijão trepa pau”), que é produzido em caráter de subsistência e difundido por todo o Estado.

#### (3.5) Competitividade

Como o comércio internacional de feijão é muito pequeno e o Brasil é um importador líquido do produto, além de sua produção não atender à demanda do mercado externo, não foi quantificada a competitividade internacional da produção tocaninense.

No que se refere à competitividade nacional, verificou-se boa competitividade da produção da área-programa no mercado brasileiro, que apresentou margem de competitividade de 47%.

### (4) Milho

#### (4.1) Balanço mundial

No grupo de grãos forrageiros mundialmente considerados como tradicionais (*Coarse Grains*), incluem-se milho (68% da produção mundial desse grupo, em 1998/99), cevada, sorgo, aveia, centeio, milheto e inúmeros outros grãos de menor importância. Esse grupo representou mais da metade da produção mundial de cereais, no período-base (1993-95). Cerca de 60% da produção mundial ocorreu nos países desenvolvidos e em transição. Este grupo constitui a fonte primária de grãos para alimentação animal, cerca de 83% do total mundial. Eles são também uma fonte importante de alimento para o homem, em muitos países da África e da América Latina e Caribe (para povos descendentes dos *Mayas*, sobretudo), representando em torno de 20% dos cereais utilizados na alimentação humana nestas regiões. O comércio internacional corresponde a 11% da produção global, com 60% importados por países em desenvolvimento.

A produção mundial de milho, que na safra 1998/99 alcançou 604 Mt, tem os EUA, China e Brasil como responsáveis por cerca de 70% dela. Do lado do consumo mundial, estimado em 583 Mt anuais, os EUA respondem por cerca de 186 Mt. Assim, esse país responde, a um só tempo, pela maior produção, consumo e exportações mundiais.

Nos anos recentes, os estoques mundiais aumentaram, deprimindo os preços internacionais, alcançando as

cotações na bolsa de Chicago os níveis historicamente mais baixos, em torno de US\$ 80,00/t, abaixo dos 100 dólares de anos anteriores.

A produção mundial dos grãos forrageiros tradicionais está projetada para expandir-se em cerca de 171 Mt, de 1993-95 a 2005, um crescimento de mais de 20%, alcançando 1,008 Mt em 2005. Isso significa uma taxa anual de crescimento de 1,7% a.a.. Cerca de 80% dessa expansão será devida a produtividades mais altas que no período anterior. Assim, a área cultivada com esse grupo de grãos expandir-se-á modestamente. Em 1998/99, a produção mundial desses grupos atingiu 890,3 Mt, das quais, 605,94 Mt (68%) foram de milho. Metade da expansão na produção deverá ocorrer nos países em desenvolvimento. Na América Latina e Caribe, o crescimento projetado é de 2,2% a.a., principalmente devido ao forte crescimento esperado na Argentina e Brasil. Entre os países desenvolvidos, incluindo os quatro maiores exportadores, é esperado crescimento na produção de 20% sobre a década anterior. O maior crescimento é esperado nos EUA (85% do crescimento esperado entre os países desenvolvidos).

O crescimento da demanda global de grãos forrageiros tradicionais deverá ser mais forte que na década anterior, alcançando 1 007 Mt em 2005, um incremento de 148 Mt. Seu uso deverá crescer de 1,5 % a.a., contra 0,9% da década anterior. Cerca de ¼ desse incremento será para alimentação animal (107 Mt, devido ao forte crescimento esperado na demanda por produtos cárneos em países em desenvolvimento. Já o consumo humano desses produtos deverá crescer 14%. Cerca de 2/3 do crescimento esperado na demanda por rações animais ocorrerá nos países em desenvolvimento (67 Mt), dos quais a metade na Ásia. Em torno de 30% desse crescimento ocorrerá na América Latina e Caribe, especialmente no Brasil, sendo a expansão da produção de aves e suínos para exportação uma das responsáveis pelo incremento esperado. Nos outros países, espera-se incremento no uso desse grupo de grãos na alimentação animal, em torno de 29% (31 Mt). Nos EUA, em particular, é esperado um aumento no uso em alimentação animal, para atender às necessidades domésticas por produtos cárneos. Nos países em transição deverá ocorrer uma reversão no declínio desse uso, em relação à anterior, do mesmo modo que se espera a continuidade na recuperação de suas economias. O consumo de grãos tradicionais deverá crescer 14% até 2005.

Em termos regionais, os países em desenvolvimento da Ásia deverão responder por 60% do crescimento das importações. O incremento mais expressivo deverá ocorrer na China, cujas importações deverão duplicar, quando comparadas com o período-base (1993-95), alcançando 8,7 Mt, em 2005, principalmente de milho para ração animal. A América Latina e Caribe deverão importar cerca de 13% do crescimento previsto de grãos tradicionais, especialmente de milho pelo Brasil e México.

Os cinco maiores importadores de milho em 98/99 foram: Japão (16,3 Mt); Coreia do Sul(7,75); México(5,5); Taiwan(5,5); e Egito(3,8 Mt). Importações projetadas pelo Japão, o maior importador mundial de grãos tradicionais, deverão estabilizar-se em torno de 20-21Mt, ¼ dos quais representados pelo milho. Os do Leste europeu deverão aumentar suas importações desses grãos, mas num volume abaixo da década anterior.

As exportações deverão expandir-se de 20 Mt para 114 Mt (21%), até 2005, principalmente nos países em desenvolvimento. Entre os tradicionais exportadores desse grupo de grãos, Argentina e EUA deverão expandir as exportações, sendo que os EUA deverão manter participação de 60% do mercado global e a Argentina deverá passar de 6%, no período-base, para 8%, em 2005, principalmente de milho. A União Européia deverá expandir suas exportações de 2 Mt, para 9,2 Mt em 2005, mantendo seus 8% de participação no mercado mundial. Os quatro maiores exportadores de milho, em 98/99 foram: EUA (52 Mt), Argentina (8,8 Mt); Hungria(1,7 Mt) e China (3,3 Mt), de um total de 68,3 Mt exportadas naquele ano agrícola. O estoque mundial de grãos forrageiros tradicionais deverá crescer 5%, no período .

Estima-se um incremento de 4,3%, em termos reais, nos preços internacionais do milho, ou seja, de US\$ 134/t, para US\$ 140/t, em 2005, ainda assim, consideravelmente abaixo do período anterior, quando, por exemplo, atingiu a média de US\$ 226,3/t, no período 83-95. No período de 08/99 a 08/2000, na Bolsa de Futuros de Chicago, a cotação do milho teve uma variação de -19,58 Na Bolsa de Cereais de São Paulo esta variação foi de 46,23%.

## (4.2) Panorama nacional do milho

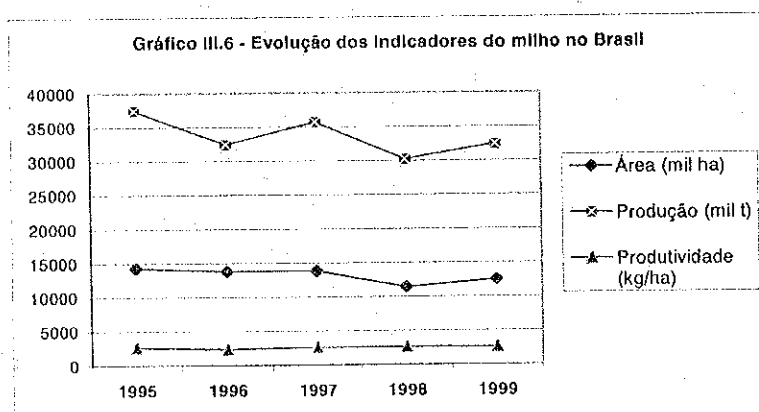
A produção brasileira de milho cresceu a uma taxa superior a 4,0% ao ano, nos últimos anos, atingindo cerca de 32 Mt na safra 1998/99. O principal responsável por este crescimento foi a elevação da produtividade, que passou de 1.773 kg/ha, na safra 1984/85, para 2 587 kg/ha, na safra 1998/99, abrigando desde produtividades muito baixas, de 1 028 kg/ha, obtidas em anos favoráveis na região Nordeste, a médias superiores a 4 500 kg/ha, obtidas em Mato Grosso do Sul e Goiás, nos plantios de verão.

A área cultivada tem crescido timidamente no Brasil, alcançando cerca de 12,5 milhões de hectares, na safra 1998/99. Mais recentemente, cresceu de importância a chamada "safrinha" (plantio de milho em rotação ou sucessão de culturas), que hoje representa cerca de 17% da produção nacional, sendo que nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul já ocupa área maior que a safra de verão. Como é conduzida em condições de menor utilização de insumos, e colhida no início do segundo semestre, tem sido uma alternativa interessante para os agricultores, além de servir como estabilizadora de preços, ao longo do ano, para os consumidores pecuaristas.

Até 1977, o Brasil apresentou posição de equilíbrio, entre demanda e oferta de milho. Com o crescimento da produção de aves e suínos a partir do final da década de 70, o Brasil passou à condição de importador ciclótico de milho, ainda que em volumes não elevados. Com o advento do Mercosul, a Argentina tem ocupado mercados de regiões com produção insuficiente, como o Nordeste brasileiro. Também o Paraguai, com sua safra chegando mais cedo que a dos estados sulinos, também tem se constituído em fonte alternativa para o abastecimento interno. Em 1998, foram importados 1,6 Mt de milho da Argentina e 122 mil toneladas do Paraguai.

Quanto à atividade de processamento do milho no Brasil, observam-se dois tipos: o processamento por via úmida, altamente concentrado em empresas internacionais, cujo produto principal é o amido de milho, com ampla aplicação na alimentação humana na industrialização - papel - e no processamento seco, com os produtos tradicionais, como creme de milho, fubá, canjiquinha, canjica, cuscuz, polenta, floculados, pré-cozidos, óleos, farelos, farinhas, etc. Esta indústria está disseminada por todo o país e sua produção destina-se predominantemente aos consumidores de menor renda.

No período 1995-99, o milho foi uma das culturas estagnadas no país, com a produção e área colhida decrescentes nestes últimos cinco anos e produtividade paralisada, próxima aos 2.600 kg/ha.



Fonte: Conab

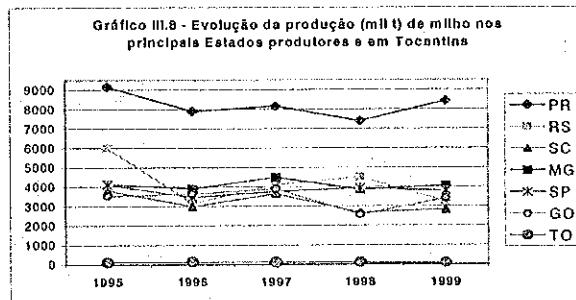
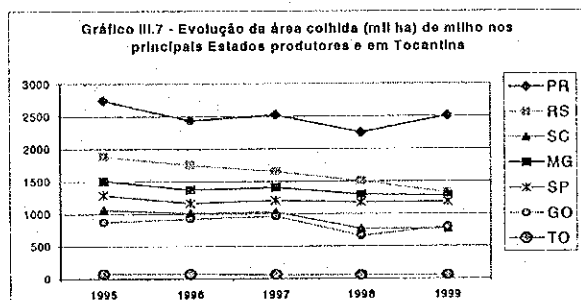
A produção brasileira de milho em 1999 foi de 32,4 Mt, obtidas em uma área de 12,5 milhões de hectares. Em relação a 1995, significou quedas de 13,4% na produção e 12,6% na área colhida, levando o país à condição de importador para garantir o abastecimento interno. A queda na produção nacional tem sido puxada por estados tradicionais produtores, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais, que têm substituído a cultura por outras com maior rentabilidade ou têm sofrido com a irregularidade na produtividade. Rio Grande do Sul (46%) e Santa Catarina (25,8%) foram os Estados que mais reduziram a produção no período 1995-99. Esses estados ocupam a segunda e terceira posição no ranking nacional e afetaram fortemente os indicadores nacionais. Observa-se, paralelamente, uma clara tendência de

deslocamento da produção de milho para a região Centro Oeste, cujos custos de produção são mais favoráveis.

Contudo, este é o último produto que nos segmentos de cereais, grãos e fibras apresenta uma demanda potencial bastante favorável, de acordo com a análise dos indicadores mais importantes de desempenho.

O custo total de produção de milho no verão variou de US\$ 315,53/ha ou 4,73/sc de 60 kg, para uma produtividade de 4t em Goiás e de US\$ 443,28/ha ou 3,69/sc, para produtividade de 7.200 kg/ha, no plantio direto, em S. Paulo.

Na safrinha, os custos são de US\$ 199,57/ha ou 4,28/sc, para produtividade de 2.800 kg/ha, no Mato Grosso do Sul e de US\$ 288,08 ou 3,60/As, para produtividade de 4.800 kg/ha, em Goiás.



Fonte: Conab

Os quadros abaixo mostram que o consumo per capita de milho em grãos no país tem aumentado significativamente, refletindo o aumento do consumo para alimentação animal, enquanto o consumo de fubá, que reflete o consumo humano, tem experimentado reduções na última década, assim como o óleo de milho.

As importações de milho pelo Brasil evoluíram de 321.614 t e US\$ 74,3 milhões em 1996, para 680.578 t e US\$ 68,9 milhões, só no primeiro quadrimestre de 2000. Argentina, Paraguai e EUA foram os maiores fornecedores do Brasil.

As exportações brasileiras de milho despencaram de 351 mil t e US\$ 71,8 milhões, em 96, para 7,5 mil t e US\$ 7,2 milhões, em 99. Líbano, Marrocos e Países Baixos foram os principais destinos, no período.

Tabela III.26 - Consumo per capita de milho e derivados no Brasil, em 1987 e 1996 (m kg/ano)

Especificação	Total das áreas - POF		
	1987	1996	Var. %
Milho scco-grão	0,893	1,258	49,9
Amido de milho	0,390	0,171	-56,2
Creme de milho	0,083	0,098	18,1
Flocos de milho	0,347	0,366	5,5
Fubá de milho	2,036	1,740	-14,5
Óleo de milho	0,339	0,201	-40,7

Fonte: FIBGE - Pesquisas de Orçamento Familiar, 1987 e 1996

#### (4.3) Principais Mercados no Brasil

O comércio interestadual de milho representa aproximadamente 20% da produção nacional. Os grandes superávits localizam-se no Paraná e em Goiás e o maior déficit em São Paulo. O Centro-Oeste expandiu participação neste comércio durante a segunda metade da década de 80, e mantém-se constante desde então. O Nordeste continuou importador líquido de milho e o Centro-Oeste, exportador líquido, no período 1980-95. Os maiores mercados consumidores são Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, principalmente devido à presença da suinocultura e avicultura industriais.

#### (4.4) O Mercado do Tocantins

O Estado do Tocantins é pouco representativo na cultura de milho produzindo, em 1999, cerca de 91.200 toneladas, colhidos em uma área de 53.800 hectares. A cultura no Estado também vêm se reduzindo, com a produção em 1999 ficando 18% menor do que em 1995 e a área colhida, 27,3% menor.

Tocantins ainda não apresenta atividades desenvolvidas que requeiram quantidades grandes de milho. São inexpressivas as produções comerciais de aves e suínos, principais demandantes do produto. Assim, a produção estadual, ainda que pequena, tem se destinado a outros mercados, sobretudo o Nordeste, Goiás e Brasília. As principais regiões produtoras são a Sul (Gurupi, Alvorada, Formoso do Araguaia) e Central (Pedro Afonso).

#### (4.5) Competitividade

Os exercícios de cálculo de competitividade mostram que, nas condições atuais, o milho produzido na área-programa não apresenta competitividade de preços no mercado internacional e nem no mercado nacional, este último onerado sobremaneira pelos custos de transporte rodoviário.

### (5) Soja

#### (5.1) Balanço Mundial

Segundo a FAO (2000), a produção de soja, safra 1999/2000, está projetada em 154,2 Mt, e a de outras oleaginosas em 41,9 Mt de colza; 34,9 Mt de algodão em caroço; 30,6 Mt de amêndoas de palmeiras tropicais; 26,4 Mt de girassol e 11,2 Mt de outras oleaginosas. Depois de duas safras de significativa expansão na produção mundial de óleos e gorduras de sementes e grãos de plantas oleaginosas, a produção de todos os grãos e sementes que produzem óleo está projetado para aumentar para 309,1 Mt na estação 1999/2000, levemente superior à produção da safra 98/99, de 308 Mt, sendo que somente a produção dos sete principais cultivos desse grupo (soja, colza, algodão em caroço, outras plantas produtoras de amêndoas, girassol, palma e copra) deverá atingir 299 Mt. Esse incremento deve-se à recuperação da quebra recorde na safra de colza, ocorrida nos dois anos anteriores, e pela recuperação na produção de algodão em caroço e copra. Esses incrementos mais do que compensarão as quedas na soja, girassol e amêndoas de outras plantas tropicais.

A produção global de soja tende a cair 3% em relação ao recorde alcançado na safra anterior, enquanto a produção de todos os óleos e gorduras, derivados de plantas oleaginosas, deverá passar de 110,3 para 113,9 Mt, sendo que os derivados de soja declinarão de 25,7 para 24,9 Mt de óleo. A Ásia continuará liderando essa produção, seguida da América do Norte, Europa e América do Sul, conforme Tabela III.27, a seguir.

A produção mundial de óleos e gorduras foi, em média, de 99,2 Mt, no período 94/97, dos quais a soja participou com 21,3%, palma com 17,2%, colza com 11,1% e girassol com 9,2%. Já na safra 1999/00, a previsão foi de uma produção de 113,9 Mt, sendo 24,9 Mt de soja (21,9%), 21,2 Mt de palma (18,6%); 14,7 Mt de colza (12,9%) e 9,7 Mt de girassol (8,5%).

A utilização para consumo humano de derivados de grãos e sementes oleaginosas (óleos e gorduras), segundo a FAO (2000), deverá alcançar 114 Mt, um incremento de 4% sobre a safra anterior (98/99). Preços internacionais relativamente baixos (comparados à média dos anos anteriores) combinados com a retomada do crescimento econômico na Ásia e de esperada melhoria no crescimento da renda *per capita* em todo o mundo deverão contribuir para incrementos na demanda mundial. Relativamente à composição do consumo global, as participações dos óleos de palma e colza deverão crescer mais nesta estação, enquanto deve cair significativamente, em termos relativos, a participação do óleo de soja, ainda que continue muito alta, em termos absolutos. Ainda que o maior incremento esperado ocorra na Ásia, o consumo desses produtos deverá crescer também na América do Norte e na União Européia (UE).

O crescimento do consumo na alimentação animal de tortas e farelos deverá cair ligeiramente no período 99/2000. Entretanto, o consumo global, expresso em proteína-equivalente, deverá crescer 2%, atingindo

77 Mt. O maior incremento de consumo deverá se dar com o óleo de colza, pela oferta abundante e preços atraentes. Nos EUA e UE que, juntos, respondem por mais da metade do consumo mundial, a demanda por tortas e farelos deverá estagnar-se, no período, devido à competitividade dos preços dos grãos para alimentação animal. Na União Européia, o consumo de sementes de colza e outras oleaginosas, produzidas regionalmente, estará igualmente crescendo em detrimento de importações de derivados da soja. Nos países do Leste e Sudoeste da Ásia é esperado crescimento nas taxas de consumo, retornando aos níveis registrados anteriormente à crise econômica asiática.

No período de outubro/98 a setembro/99, os cinco maiores importadores de soja foram a Holanda, Japão, Alemanha, China e México, respondendo por 20,21 Mt. Espera-se que  $\frac{3}{4}$  da expansão das importações ocorram nos países asiáticos. Importações da China e Índia deverão alcançar 5,2 e 4,9 Mt, respectivamente. Outros países daquela região deverão também adotar medidas facilitadoras da importação. Na América do Sul, Cazaquistão, Federação Russa e Ucrânia o volume importado deverá ser flagrantemente abaixo da média, enquanto que na União Européia e EUA, as importações serão igualmente incrementadas para recuperar os níveis reduzidos da última estação.

Os maiores exportadores são Estados Unidos, Brasil, Argentina e Paraguai, que exportaram 36,2 Mt de soja, de um total de 39,36 Mt. Os maiores incrementos nos embarques de óleos e gorduras vegetais de grãos de oleaginosas, deverão ocorrer na Ásia. A recente recuperação nos embarques asiáticos de óleo e amêndoa de palma e óleo de coco (após a redução do período anterior, devido a fenômeno climático) deverá continuar em 2000. Exportações combinadas da Malásia, Indonésia e Filipinas de derivados de sementes de palmeiras tropicais deverão exceder a 15 Mt, fechando assim  $\frac{1}{3}$  das exportações globais de óleos e gorduras vegetais nesta estação, constituindo forte concorrência com a soja e seus derivados. Entre os *softoils*, os embarques de óleo de soja deverão cair em 99/2000, sendo que sua demanda será igualmente substituída pelo óleo de colza, parcialmente devido à tendência de alguns dos principais importadores preferirem importar grãos, em vez do óleo processado, para cobrir suas necessidades domésticas.

Com base na oferta e demanda esperadas para o período 99/2000, os estoques de final de estação de óleos e gorduras de sementes de plantas oleaginosas deverão reduzir-se significativamente, em relação à estação anterior, assim como o nível de consumo deverá exceder o de produção. Também os estoques de tortas e farelos deverão declinar substancialmente, bem como a demanda global deverá exceder à produção mundial. As taxas de estoque de passagem de tortas e farelos deverão estar baixas ao final da estação, contribuindo assim para a recuperação dos preços desses derivados de sementes de oleaginosas, internacionalmente. Quanto à soja, as projeções de oferta e demanda deverão levar a uma queda nos estoques desse grão e de seus derivados.

Os preços internacionais dos produtos derivados de grãos e sementes de oleaginosas foram submetidos a uma forte pressão de baixa no período outubro/98 a setembro/99, graças, sobretudo, à grande safra mundial e crescimento dos estoques, alcançando os mais baixos preços desde 1992/93. Contudo, ao final de 1999, eram esperadas mudanças fundamentais no mercado, causadas pelos preços ascendentes para a maioria dos grãos de oleaginosas e seus derivados, uma tendência que, espera-se, deve continuar na presente estação e na próxima. Na Tabela III.27, abaixo, estão as mudanças previstas nos índices de preços de derivados de grãos e sementes de plantas oleaginosas, na estação 99/2000, vis-à-vis o ocorrido em safras anteriores.

Tabela III.27 – Preços internacionais de derivados de grãos e sementes de plantas oleaginosas

Produto	Média 94/95 - 96/97	97/98	98/99	99/00
Todos óleos e gorduras	143	155	127	154
Óleos comestíveis e sabões leves *	142	154	125	101
	146	161	125	101
Tortas, farelos **	118	116	82	97
Sementes oleaginosas ***	116	109	89	82

Índice de preços de gorduras e óleos da FAO:1990-92=100 (exclusive manteiga e toucinho)

Obs.: \* Óleos de caroço de algodão, amêndoas de palmeiras tropicais, colza, soja e girassol;

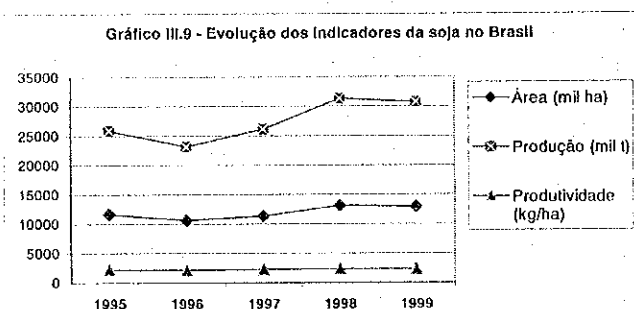
\*\* Preços de torta de copra, de amêndoas de palmeiras tropicais, de palma e de soja; de farelo de colza e girassol;

\*\*\* Preços de grãos de soja, sementes de colza, linho e de girassol

Fonte: FAO: Commodity Market Review, 1999-2000.

## (5.2) Panorama nacional da soja

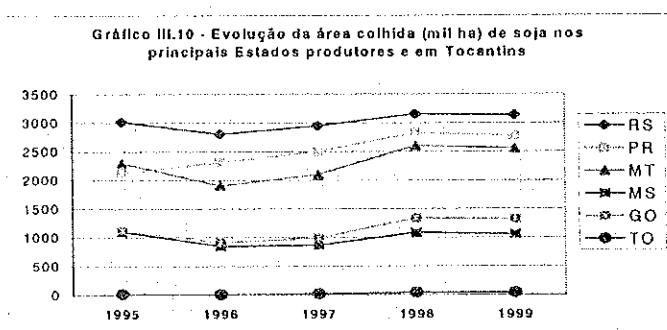
A produção brasileira de soja tem crescido significativamente no último quinquênio, impulsionada pelos ganhos de produtividade em algumas regiões produtoras e pela expansão da área cultivada, principalmente no Centro-Oeste brasileiro. Entre 1995 e 1999, a produção nacional cresceu 18,6%, saltando de 25,9 Mt para 30,8 Mt anuais, representando uma taxa anual de cerca de 3,7%. A área produtora expandiu-se de 11,9 mil para 13,0 mil hectares no mesmo período, significando um crescimento total de 11,3% ou 2,2% ao ano.



Fonte: Conab

Nos últimos cinco anos a produtividade média nacional da soja cresceu 6,6%, elevando-se de 2.220 kg/ha para 2.367 kg/ha. Os principais estados produtores são Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em relação a 1995, a exceção do Mato Grosso do Sul, com 4% de queda, e Rio Grande do Sul, com aumento de 3,9%, os demais estados apresentam significativas taxas de crescimento da área cultivada (Paraná, 30,6%, Goiás, 18%, e Mato Grosso, 11%). Goiás, Paraná e Mato Grosso, nesta ordem, apresentaram os maiores índices de crescimento na produção, nos últimos 5 anos, de 60,2%, 39,5% e 31,1%.

Segundo a CONAB, atualmente a região Centro-Oeste lidera a produção nacional de soja, com 14,7 Mt, seguida do Sul, com 12,5 milhões de t. A região Nordeste produziu na última safra 2,500 mil t (Barreiras/Ba, com 1,550 mil, Maranhão, com 450 mil t e Piauí, com 50 mil t). O Tocantins participou com 85 mil toneladas.



Fonte: Conab

O potencial de área para produção de soja-grão no Tocantins, Maranhão e Piauí é de cerca de 1,5 milhão de hectares em cada um e a atualmente cultivada é de 41.000 ha no Tocantins; 175.000 ha no Maranhão e 35.000 ha no Piauí. A região de Barreiras, oeste baiano, com igual potencial (1.500 ha), já cultiva 650.000 ha com soja.

O rendimento brasileiro, no esmagamento do grão de soja, resulta em 79% de farelo, para alimentação animal, 19% de óleo, para alimentação humana e 2% de resíduo.

O consumo per capita de óleo de soja na alimentação humana, nas áreas cobertas pela POF-IBGE, era de 8,841 kg/ano, em 1987/88, reduzindo-se para 6,940 kg/ano, em 1995/96. Foram observadas reduções significativas no consumo per capita anual de óleo de soja, nas regiões metropolitanas pesquisadas, em média de 22%, principalmente em São Paulo (41%), Porto Alegre (38%) e Goiânia ((23%). O maior

consumo foi observado em Brasília (10,9 litros/ano), Belo Horizonte(9,8 l), Curitiba e Goiânia (9,8 e 9,7l). No Nordeste, o consumo per capita foi de 4,1 l em Salvador e 4,5 l, em Recife e Fortaleza. Em Belém, o consumo era de 4,6 l/ ano.

O consumo aparente brasileiro de farelo de soja foi de 6.945 mil toneladas, em 99/2000, conforme Tabela III.28.

Tabela III.28 – Soja brasileira: Produção, Consumo Interno e Exportação  
Período 1991/92 a 2000/01  
(em mil toneladas)

Soja brasileira	1991/92 a 2000/01	1991/92 a 2000/01 (%)
<b>1. Grão</b>		
a) Produção interna:	255 715	100,00
a.1 Exportação	58 641	22,93
a.2 Esmagamento	188 523	73,72
<b>2. Farelo</b>		
b) Produção	147 689	100,00 e 73,72% de 1a
b.1 Consumo interno	38 502	26,06
b.2 Exportação	97 611	66,09
<b>3. Óleo</b>		
c) Produção	35 662	100,00 e 18,92% de 1a.2
c.1 Consumo interno	25 421	71,28
c.2 Exportação	11 652	32,67

Fonte: Fonte: FAO: Commodity Market Review, 1999-2000 (dados elaborados pela Eecon).

Das dez safras consideradas (de 1991/92 a 2000/01), foram obtidas 255.715.000 t de grãos, das quais 188.523.000 t ou 73,7% foram esmagadas internamente, produzindo 147.689.000 t (57,8%) de farelo e 35.662.000 t (18,9%) de óleo de soja.

Foram exportadas, no período considerado, 58 641 000t (22,9%) de grãos, 7.611.000 t de farelo e 11.652.000t de óleo. Desse óleo produzido internamente, 25.421.000 t ou 71,3% foram para o consumo interno e 32,67% foram exportados.

Em 1996, foram importadas 943.286 toneladas de soja grão, no valor de US\$ 242,8 milhões, e em 1999, 159.098 t, no valor de US\$ 74,6 milhões. EUA e Paraguai foram os grandes fornecedores de soja grão para o Brasil no período.

Quanto ao farelo de soja, foram importadas 91.815 t, no valor de US\$ 24,6 milhões, em 96 e 78.064 t, no valor de US\$ 48,6 milhões, em 99. Paraguai e Argentina foram os principais fornecedores.

Finalmente, quanto ao óleo de soja bruto e refinado, foram importadas 168.933t, no valor de US\$ 91,7 milhões, em 96; 159.098 t, no valor de US\$ 74,6 milhões, em 99. Novamente, Paraguai e Argentina foram os principais fornecedores

As exportações brasileiras de soja alcançaram 3,6 Mt em 1996, no valor de US\$ 1 bilhão. Países Baixos, Japão e Espanha foram os principais compradores; 11,3 milhões de t de farelo de soja, no valor de US\$ 2,7 bilhões. Países Baixos, Espanha, China e França foram os principais compradores; e 1,3 milhões de t de óleo bruto e refinado de soja, no valor de US\$ 713,3 milhões, destinados à China, Irã, Bangladesh e Países Baixos. Em 1999, as exportações brasileiras de soja grão alcançaram 8.917.209 t, no valor de 1,6 bilhão de dólares. Países Baixos, Espanha, Alemanha, Itália e Japão foram os principais destinos. Quanto ao farelo, foram exportadas 10.430.878 t, no valor de 1,5 bilhões de dólares. Países Baixos, França, Espanha e Alemanha foram os principais destinos. Finalmente, foram exportadas 1,5 milhões de t de óleos bruto e refinado de soja, no valor de 687, 4 milhões de dólares em 1999. Irã, China, Países Baixos e Bangladesh foram os principais compradores.

Quanto à competitividade da brasileira, o Brasil, nos últimos anos, viu seus principais concorrentes internacionais, EUA e Argentina (que duplicou sua produção de grãos, passando de 30 Mt para 60 Mt) crescerem suas participações nas exportações mundiais, tanto na capacidade de esmagamento, quanto na produção de grãos, desenvolvendo, para tanto, uma política comercial competente, inclusive nas questões fundamentais de logística e competitividade, tirando do Brasil uma fatia de seu mercado (AGROANALYSIS, 07/98).



### (5.3) Principais mercados no Brasil

Assim, para o óleo de soja predomina o mercado interno, disseminado por todo o país. Já o no farelo de soja é predomina a exportação. Além de seu apreciável mercado interno para óleo de soja, o Brasil é também o terceiro maior consumidor mundial de farelo. Em ambos, o produtor primário não participa diretamente das atividades de processamento e distribuição (salvo os filiados a cooperativas com o esmagamento e exportação).

O consumo de farelo está estreitamente ligado ao consumo animal, principalmente de aves e suínos. Portanto, seus mercados, interno e externo, concentram-se nas regiões produtoras de aves e suínos, além de bovinos (como alimentação suplementar). No caso brasileiro, parcela maior do parque avícola e suinícola está localizado no Sul do País, que não depende de derivados de soja de outras regiões, porque é auto-suficiente, tanto na produção de grãos como no esmagamento. Assim, para a produção de soja das novas fronteiras (Centro-Oeste, Norte e Nordeste), enquanto ali não estejam operando grandes granjas e abatedouros avícolas e suinícolas, o principal destino da soja regional e de seus derivados, será o mercado externo. Desse modo, as questões, relacionadas com a comercialização, principalmente no que se refere às facilidades físicas e condições logísticas, são absolutamente importantes para a manutenção da competitividade, devendo ser objeto das maiores preocupações dos formuladores e tomadores de decisões relativas ao desenvolvimento regional.

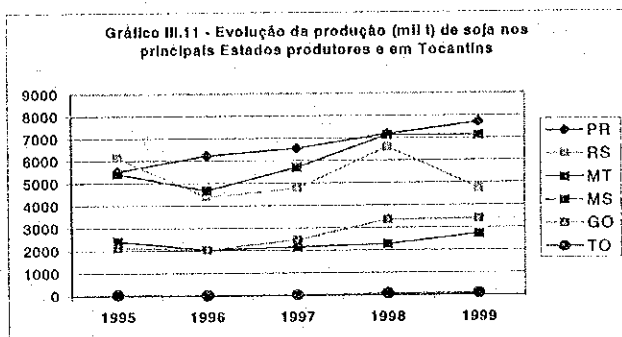
Entretanto, nossa capacidade de armazenagem só atende a 5% da safra (contra 50% da Argentina e 200% dos EUA). Isso obriga o deslocamento imediato do produto, para os silos e secadores intermediários das cooperativas e exportadoras/esmagadoras, pressionando o frete (+50% na safra), além de perdas na qualidade do grão. Na matriz brasileira de transporte de soja, apenas 5% são feitos por hidrovia, 28% por ferrovia e 67% por rodovia. Isso representa uma média de US\$ 35,00/ mil tku. Como a distância média é de mil quilômetros, o custo é de US\$ 35,00/t, mais que o dobro do custo argentino e americano. As rodovias só são imbatíveis em distâncias de até 200 km; as ferrovias, em 1 000 km e as hidrovias, acima de 1 000 km. Os custos portuários no Brasil representam 3 a 5% do valor de exportação (US\$ 12,00/t, em Santos, US\$ 7,50/t, em Paranaguá, e Rio Grande), enquanto na Argentina equivale a 1,5% e nos EUA, 1% (US\$ 3,00/t) (ABIOVE, 1998).

### (5.4) Mercado do Tocantins

No Estado do Tocantins, a área cultivada com a soja é muito pequena, (41.000 ha em 1999), mas encontra-se em expansão, com crescimento de 140% em relação ao ano de 1995. Alcançando, no último ano, o volume de 93.800 toneladas, 186% maior que no início do período, com produtividade média de 2.340 kg/ha de soja. Não obstante, segundo pesquisadores da Embrapa, Unidade de Balsas, "prevalecendo o modelo atual de produção de soja (grandes áreas plantadas, por propriedade, com mecanização total das operações de produção), a região Extremo Norte do Tocantins tem poucas chances de participar do atual *boom* brasileiro de expansão da fronteira agrícola da soja na direção Norte, porque dispõe de poucas áreas nesta condições. Assim, a cultura deverá continuar avançando para o Estado do Piauí, onde as propriedades são maiores, o preço da terra é menor que no oeste baiano e não há a limitação ambiental, de só poder-se desmatar até 20% da área total de cada propriedade, como ainda prevalecente na região amazônica" (Comunicação pessoal de 25/06/2000).

É muito pequeno o mercado estadual para soja em grão pela ausência de capacidade esmagadora e pelo pequeno rebanho avícola e suinícola comercial/industrial.

Quanto ao consumo humano de óleo de soja no Tocantins, na ausência de dados oficiais mais recentes, pode-se usar, por interpolação, os dados da POF-IBGE, de 1987/88 e 1995/96, relativos ao consumo domiciliar de alimentos nas regiões metropolitanas dos estados mais próximos, a saber: Goiânia, Belém e Fortaleza, cuja média per capita é de 6,1 l/ano, o que resultaria em um consumo estadual da ordem de 7 Mt.



Fonte: Conab

O corredor multimodal Centro-Norte já escoou quase 2 Mt de soja, desde 1992, através do terminal marítimo de ponta Madeira, em São Luiz/MA. As compras de soja da área-programa são feitas e armazenadas em Balsas/MA e Pedro Afonso/TO e transportadas de caminhão, até Imperitas/MA. O custo do transporte rodoviário (380 km) é de R\$ 20,00/t; o ferroviário (605 km), R\$ 17,17, ou seja, 80% mais barato que o rodoviário. A ferrovia Norte-Sul, com 92 km, entre Imperatriz e Açailândia, onde faz conexão com a EFC, possibilitou o desenvolvimento do pólo agrícola de Balsas e alavancou o cultivo de grãos no Tocantins e no Piauí (ABIOVE, 1998).

#### (5.5) Competitividade

A soja tocantinense apresenta competitividade de preços no mercado internacional, com margem de competitividade da ordem de 30%. Isto significa boa oportunidade para a expansão da produção na área-programa, desde que se utilize o transporte ferroviário até o porto de Ponta Madeira.

No mercado nacional, contudo, o produto não apresentou competitividade, em função dos altos custos do transporte rodoviário.

#### (6) Algodão

##### (6.1) Balanço mundial

###### a) Algodão em caroço

A área colhida de algodão em caroço no mundo, estimada pelo USDA, média das últimas três safras (97/98, 98/99 e 99/2000), foi de 32.707.500 hectares/ano. Neste período, a Índia, com 8,95 milhões de hectares, liderou em área, seguido dos EUA, com 5,06 milhões de ha; China, com 4,23 milhões de ha e Paquistão, com 2,96 milhões de hectares. Nesse período, o Brasil colheu algodão em 720 mil de hectares, em média e por ano. No período 1980/81 a 1999/2000, a área colhida de algodão no mundo manteve-se estável (32.211.000 ha, em 80/81 e 32.188 000 ha, em 99/2000).

A produtividade mundial, média do período 97/98, 98/99 e 99/2000, foi de 1,035 t/ha, liderada pela Síria, com 2,65 t/ha, seguida da Austrália, com 2,06 t/ha; China, com 1,83 t/ha; Turquia, com 1,68 t/ha e Brasil, com 1,13 t/ha.

A produção mundial, média anual foi de 33,83 Mt, liderada pela China, com 7,76 Mt; EUA, com 5,54 Mt; Índia, 5,36 Mt; Paquistão, 3,39 Mt. O Brasil, nesse período, produziu 0,8 Mt de algodão em caroço, em média e por ano.

###### b) Algodão em pluma

Nas últimas três safras (97/98, 98/99 e 99/00), a produção média anual de algodão em pluma, no mundo, foi de 18.765.667 toneladas, liderada pela China, com 4,3 Mt, seguida pelos EUA, com 3,6 Mt; Índia, 2,7 Mt Paquistão, 1,6 Mt. Segundo a CONAB, a produção mundial de caroço, torta e óleo, do complexo algodoeiro assim se comportou, nas safras de 1993/94 a 1997/98:

Tabela III.29- Produção mundial do complexo algodão  
Período 1993/94 a 1997/98  
(em milhões de toneladas)

Produto	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	Média
Caroço	29,49	32,90	35,93	34,37	33,91	33,32
Torta	10,67	11,74	13,21	12,46	12,17	12,05
Óleo	3,38	3,73	4,16	3,90	3,87	3,81

Fonte: FGV/Agroanalysis, vol 18, nº 7, julho/98,p. 48.

Nas últimas três safras (97/98, 98/99 e 99/00), o consumo mundial de algodão em pluma foi de 19,1 Mt (300 mil toneladas maior que a produção), liderado pela China com 4,38 Mt, seguida pela Índia, 2,78, e EUA, 2,31 Mt médias anuais.

No período analisado, as importações mundiais de algodão em pluma foram, em média, de 5,729 Mt anuais, lideradas pelos países asiáticos - Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietnã - com a média anual de 945 mil toneladas, seguidos pela União Européia, com 941 mil t e México, com 367,7 mil t. Nesse período o Brasil importou uma média de 358,7 mil t anuais, sendo, pois, o 4º maior importador desta fibra.

No mesmo período as exportações médias anuais alcançaram 5,6 Mt, lideradas pelos EUA, com 1,331 Mt de algodão em pluma, seguidos do Uzbequistão, com 912 mil t e os 10 países africanos de língua francesa, com 792 mil t.

Segundo o FAS-USDA, os preços internacionais do algodão em pluma foram, de 1,773 dólares/t, em 1996; 1741, em 1997; 1440, em 98 e 1,173 dólares/toneladas, em 1999. Já a FAO informa que os preços de algodão em pluma continuaram com tendência de baixa em 1999, cerca de 30% mais baixos que na safra anterior. A média de preços, foi de 189 US\$ cents/kg (média de 94-96); de 159, em 97 e de 112, em 1999.

## (6.2) Panorama nacional do algodão

O Brasil, que já foi o segundo maior produtor mundial de algodão, assumiu, na década de 90, a condição de grande importador líquido do produto, com compras externas volumosas, a partir de 1992. Em 1996-97, o Brasil gastou US\$1,43 bilhão de importação de fibra, linter, farelo, óleo e outros produtos do algodão, inclusive fios e tecidos. No ano agrícola 96/97, foram produzidas apenas 305,6 mil toneladas e importadas 470 mil t de algodão em pluma. De 1994 a 98, só da Argentina e Paraguai, foram importados US\$ 2,283 bilhões de algodão.

Desde 1985, a área do algodão cai ano após ano, com acentuado declínio a partir de 1992, quando se iniciaram as importações volumosas do produto. A produção nacional também mostra tendência declinante muito acentuada, embora a produtividade tenha crescido, em razão de que os agricultores que permaneceram na atividade serem aqueles de mais alta tecnologia, inclusive com o chamado "novo algodão", capital-intensivo e de altos padrões tecnológicos, tal como vem ocorrendo no Mato Grosso nos dias atuais

Segundo as estimativas de junho/2000 do IBGE, a produção brasileira de algodão herbáceo em caroço, que foi de 1.594.036 t, em 1992, alcançou 1.790.426 t em 2000, numa área colhida de 812.448 ha e produtividade média de 2.204 kg/ha. Na região Norte, ela decresceu de 10.273 t, em 92, para apenas 595 t, em 541 ha, em 2000; no Nordeste, passou de 167.268 t para 264.196 t; em 228.208 ha No Sudeste, queda de 476.041 t para 232.220 t; em 114.990 ha colhidos; no Sul, decresceu de 972.804 t para 124.469 t, em 53.817 ha. Em contrapartida, houve uma grande expansão da região Centro-Oeste, que evoluiu de 236.691t produzidas, em 180.941 hectares; em 92, para 1.168.946 t em 414.882 ha e uma produtividade média de 2.818 kg/ha, em 1999/2000.

Assim, o algodão é o produto que oferece as melhores oportunidades para a agricultura nacional. Se o problema da agricultura é mercado, o algodão tem uma demanda interna potencial extraordinariamente favorável. Com efeito, a indústria têxtil brasileira faturou, em US\$ 99,2 bilhões, devendo chegar a 22 bilhões no ano em curso. As exportações de produtos têxteis devem alcançar US\$ 1,4 bilhão em 2000. Os empregos gerados nesse setor, em 99, foram 30 mil, segundo a ABIT. Os investimentos na modernização

do parque fabril brasileiro devem alcançar R\$ 12 bilhões, segundo aquela associação.

Tal oportunidade fora bem captada pelo Mato Grosso, onde a cultura vem se expandindo ultimamente, desbancando Goiás, Paraná e São Paulo da liderança nacional. Neste processo, o desenvolvimento de novos cultivares de algodão, melhor adaptados aos cerrados tem sido fundamental. Na tentativa de recuperar suas lavouras, Goiás lançou este ano um plano de apoio à cotonicultura, com base na premiação por qualidade de fibra, tratos culturais, uso de sementes certificadas e crédito para a produção. O desempenho matogrossense, e Goiás, fez com que a região Centro-Oeste assumisse a liderança na cultura do algodão, respondendo, por 64% da última safra e cerca da metade da área cultivada em 99/2000.

A CONAB prognosticava em 96 que “quanto à evolução da produção de oleaginosas, as regiões Sudeste e Sul têm poucas possibilidades de expansão, cabendo à região Centro-Oeste assumir papel relevante na sua produção”. No tocante ao algodão, a Tabela III.30, a seguir, corrobora esta afirmação, mostrando a ascensão do Estado do Mato Grosso à liderança nacional na produção de algodão, com uma produção média anual de algodão em caroço de 289.700 toneladas e de algodão em pluma de 186.580 toneladas; uma média de área colhida, nas quatro últimas safras, de 160.020 hectares e uma produtividade média de 2.617,5 kg/ha de algodão em caroço; Assim, aquele Estado colheu 21% da área total de algodão do país. Sua área colhida cresceu 105% na safra 97/98 e 32% na safra 99/2000, em relação às safras imediatamente anteriores. A produtividade média foi 48% superior à média nacional; a produção de algodão em caroço representou 33,6% da média brasileira e 38,5% da produção média brasileira, nas últimas quatro safras, de algodão herbáceo em pluma.

A região Norte, de outra parte, no período analisado, teve participação apenas marginal na cotonicultura brasileira, passando de 10.273 t, em 7.762 ha colhidos, em 1991/92, para apenas 595t, em 551 ha, em 99/2000. A evolução da produção algodoeira nos principais estados brasileiros, no período 1996/97 a 1999/2000 pode ser visualizada no gráfico seguinte..

Estimativas mais recentes (julho/2000), indicam que, “graças ao aumento de produtividade em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, devem sair das lavouras cerca de 700 mil t de algodão em caroço, quando no início do ano a estimativa era de 610 mil t. O consumo interno deve ser de 850 mil t e as importações de 250 mil t, segundo a ABIT, com um estoque ao final do ano de 100 mil t. Grupos como Maeda, Unicoton e Esteves já embarcaram, nesta safra, pequenas quantidades da fibra para a Europa, além de Índia, China, Bolívia e Peru, entre outros”. (MURAKAWA, 15/08/2000).

Gráfico III.12 - Área, produção e rendimento de algodão em estados selecionados

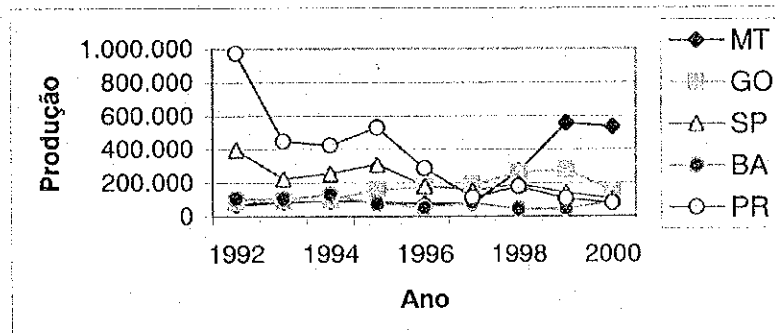


Tabela III.30 – Brasil: área colhida, produtividade e produção de algodão em caroço e em pluma Média das safras 1996/97, 97/98, 98/99 e 99/2000

Regiões/Estados	Área (1000ha)	Produtividade (kg/ha)	Produção algodão em caroço (mil t)	Produção algodão em pluma (mil t)
Norte*	3,81	1213,2	3,15	1,67
Nordeste **	227,75	652,5	97,87	52,12
Piauí	9,55	655,0	3,60	1,90
Ceará	86,55	685,0	39,45	20,65
Rio Grande do Norte	18,90	429,0	5,95	3,10
Paraíba	19,05	850,0	11,85	6,15
Pernambuco	7,20	401,5	1,90	1,00
Alagoas	7,10	449,5	2,10	1,10
Sergipe	1,30	195,0	0,20	0,10
Bahia	90,47	1022,5	47,45	30,20
Centro-Oeste	318,72	2428,8	504,48	293,50
Mato Grosso	160,02	2617,5	289,70	186,58
Mato Grosso do Sul	42,22	2275,0	61,58	34,72
Goiás	116,30	2195,0	152,82	84,60
Sudeste	143,27	1881,8	170,15	91,62
Minas Gerais	58,55	1682,5	62,40	34,20
São Paulo	84,72	2023,8	107,80	57,42
Sul	69,82	2010,5	86,62	46,68
Paraná	69,82	2010,5	86,62	46,68
Brasil	763,77	1761,8	862,28	485,15

Fonte: CONAB/DIDEM, 2000

Obs. : \* Região Norte - Dados disponíveis só para o agregado da região

\*\* Região Nordeste- exceto Bahia, os dados dos demais Estados referem-se à média das safras 1998/99 e 99/2000 somente.

Os custos de produção de algodão e seus componentes são apresentados nas três tabelas seguintes.

Tabela III.31 – Brasil: Custo de produção do algodão herbáceo em diferentes níveis de produtividade em três estados brasileiros Safra 1999/2000

Nível de Produtividade – Estado (@/ha)	Custo total (US\$/ha)	Custo total (US\$/@)
140 @ - GO	785,29	5,61
180 @ - MS	810,84	4,50
220 @ - MT	841,69	3,83
250 @ - (Irrigado sob pivô central) –MS	991,38	3,97

Fonte: FNP Consultoria. In: AGRIANUAL, 2000.

Tabela III.32 – Composição do custo de produção do algodão herbáceo em três estados brasileiros. Safra 1999/2000.

Componente do Custo	140 @/ha – GO		180 @/ha – MS		220 @/ha - MT		250 @/ha - MS	
	US\$/ha	%	US\$/ha	%	US\$/ha	%	US\$/ha	%
Operações	350,51	44,63	312,92	38,59	312,92	37,18	441,41	44,52
Insumos	323,80	41,23	411,45	50,74	424,43	50,42	440,92	44,48
Administração	85,19	10,85	55,31	6,82	57,93	6,88	65,77	6,63
Pós Colheita	25,79	3,28	31,16	3,84	46,40	5,51	43,28	4,36
TOTAL	785,29	100%	810,84	100%	841,69	100%	991,38	100%

Fonte: FNP Consultoria. In: AGRIANUAL, 2000. % calculado

Tabela III.33 - Brasil: Custo de pós-colheita do algodão em caroço em cinco estados produtores - Safra 1999/2000

Componente do custo de pós colheita	Custo (US\$/@)				
	SP	MT	GO	MS	PR
Transporte *	0,044	0,087	0,063	0,051	0,045
Recebimento da carga	0,022	0,031	0,028	0,028	0,022
Classificação	0,029	0,027	0,027	0,029	0,029
Pesagem	0,016	0,016	0,016	0,016	0,016
Descarga	0,038	0,038	0,038	0,038	0,038
Taxa administrativa	0,011	0,011	0,011	0,011	0,011
Total	0,160	0,211	0,184	0,173	0,162

Fonte: FNP Consultoria, AGRIANUAL, 2000.

Obs. \* Custo do 1º transporte: SP, PR= 40 km até o atacadista; GO=70 km; MT= 80 km e MS = 60 km.

As tabelas abaixo mostram os preços do algodão no mercado interno e dos EUA..

Tabela III.34 – Preços do algodão em caroço, recebidos pelos produtores, em Mato Grosso, Goiás, São Paulo e Paraná - Período de 1990-99 - (em US\$/@)

Ano	Média 1 MT	Média 2 MT	Média 1 GO	Média 2 GO	Média 1 SP	Média 2 SP	Média 1 PR	Média 2 PR
1990	4,51	5,77	5,45	6,96	6,16	7,87	5,80	7,41
91	4,47	5,45	5,01	6,11	5,27	6,43	5,36	6,54
92	3,27	3,90	4,12	4,91	4,58	5,47	4,08	4,87
93	4,37	5,06	4,71	5,45	5,69	6,59	5,23	6,05
94	5,33	6,01	6,09	6,86	6,92	7,80	6,53	7,36
95	6,07	6,64	6,33	6,93	6,89	7,54	6,75	7,39
96	6,49	6,90	6,81	7,24	7,14	7,60	7,17	7,63
97	7,17	7,45	7,19	7,47	7,97	8,29	7,85	8,16
98	5,88	6,02	6,44	6,59	6,10	6,24	6,18	6,33
99 *	4,30	4,32	4,08	4,11	4,79	4,82	4,74	4,77

Fonte: FNP Consultoria, AGRIANUAL, 2000

Média 1 – Média anual em US\$ correntes. Média 2- Média anual em dólares deflacionados pelo Índice de Preços no Varejo (CPI-U), de The Economist.

Tabela III.35 - Preços no disponível dos EUA (média de 8 mercados) e Nova York. Período 1990/99 - (em cents/libra-peso\*)

Ano	Média 1 EUA	Média 2 EUA	Média 1 N.YORK	Média 2 N.YORK
1990	71,25	91,05	-	-
91	69,75	85,14	74,09	90,44
92	53,94	64,40	57,90	69,13
93	55,35	64,10	59,98	69,46
94	73,27	82,57	75,32	84,87
95	93,49	102,37	93,46	102,34
96	77,98	82,95	78,07	83,05
97	69,88	72,64	72,43	75,29
98	67,00	68,58	68,66	70,28
99 *	53,93	54,27	56,38	56,74

Fonte: FNP Consultoria, AGRIANUAL, 2000. Dados do USDA (EUA) e Bolsa de N.York.

Obs.: \* 1 Libra-peso = 453,6 g. Logo, 1 kg = 2,2046 US\$ cents;

Média 1 – Média anual em US\$ corrente. Média 2- Média anual em dólares deflacionados pelo Índice de Preços no Varejo (CPI-U), de The Economist.

No período 1980-96, os preços médios do algodão em pluma foram de US\$0,707/libra peso, no mercado internacional e de US\$ 0,673/libra peso, no mercado interno, portanto, -4,8%, tendo superado o preço internacional em apenas 4 anos do período analisado.

No período 90-96, os preços internos foram de R\$8,94/@, para o algodão em caroço e de R\$ 0,64/libra peso, para o algodão em pluma (rendimento de 33% em pluma). A maior cotação alcançada no período foi em 93, com R\$10,23/@, equivalentes a R\$0,92/libra peso. Neste período, o preço médio da pluma no atacado de São Paulo foi de R\$0,91/libra-peso.

A Tabela III.36, a seguir mostra o balanço da oferta e da demanda do algodão no Brasil.

Tabela III.36 - Brasil: Balanço de Oferta e Demanda Brasileiras de Algodão em Pluma Safras de 1989/90 a 98/2000 - (em toneladas e kg per capita/ano)

Ano Agrícola	Data base	Produção (t)	Importação (toneladas)	Consumo (toneladas)	Consumo per capita (kg/hab/ano)	Exportação (toneladas)	Estoque final (toneladas)	Estoque (% do consumo)
89/90	01.03	665.700	86.100	730.00	5,04	110.600	36.400	5,0%
90/91	01.03	717.000	105.900	718.100	4,89	124.300	16.900	2,4%
91/92	01.03	667.100	167.800	741.600	4,98	33.800	76.400	10,3%
92/93	01.03	420.200	501.200	829.500	5,50	7.400	160.900	19,4%
93/94	01.03	483.100	367.300	836.600	5,47	4.300	170.400	20,04%
94/95	01.03	537.100	282.300	803.700	5,19	52.500	133.500	16,6%
95/96	01.03	410.100	468.200	826.100	5,26	1.600	181.100	21,9%
96/97	01.03	305.700	470.800	798.700	5,02	300	158.600	19,9%
97/98	01.03	411.700	316.500	782.900	4,86	3.100	100.800	12,9%
98/99*	01.03	525.800	270.000	800.000	4,90	3.100	93.500	11,7%
99/00**	30.07	700.000	250.000	850.000	-	-	100.000	11,8%

Fonte: CONAB, 2000. Obs.: \* Previsão. \*\* Previsão revista pela ABIT; (-) Dados não disponíveis.

O consumo per capita brasileiro de vestuário é de 8,6 kg/ano, superior ao consumo per capita mundial,

que é de 7,6 kg/ano, segundo FGV/CNI. No segmento da tecelagem da cadeia têxtil brasileira, 70% das fibras utilizadas são naturais, 25% artificiais e sintéticas e 5% de outras (linho, lã, seda etc.).

As importações brasileiras estão apresentadas na Tabela III.37 a seguir.

Tabela III.37 - Brasil: Importação de algodão em pluma., por país de origem  
Período 1994-98. *Ranking* por país de origem -1998\*\* - (em milhões de dólares e toneladas)

País	1994		1995		1996		1997		1998	
	MUS\$	t	MUS\$	t	MUS\$	t	MUS\$	t	MUS\$	t
Argentina	100.441	62.500	70.355	36.173	223.773	226.066	262.513	152.714	132.906	89.477
Paraguai	126.817	76.384	153.683	74.612	158.838	86.674	81.829	44.033	73.396	47.531
Uzbequistão	38.010	23.272	112.440	56.834	157.621	88.110	100.055	60.827	55.676	38.220
EUA	85.349	64.448	78.649	42.652	80.973	41.440	96.949	55.813	54.661	33.100
Mali	12.613	9.997	16.641	8.000	3.319	1.550	14.422	8.029	27.213	16.604
Outros	168.543	110.143	69.775	37.662	188.255	101.227	172.407	102.450	69.633	43.077
Total	561.634	365.729	544.034	279.026	859.896	568.169	813.693	472.097	495.798	316.425

Fonte: FNP/SECEX/Decex. In: AGRIANUAL, 2000. Obs.: \* Algodão não cardado, nem penteado. \*\* Por valor negociado. MUS\$ = US\$ 1000 FOB. Entre outros países sobressaíram-se: Costa do Marfim, Togo, Nigéria e Paquistão.

No quinquênio 95/99, as exportações brasileiras de algodão em pluma, que já não eram substanciais no início do período, despencaram de US\$ 91.543 mil FOB e 51.237 toneladas, em 95, para US\$ 2.904 mil e 2.335 t, até julho de 99. O destino dessas exportações, naquele último quinquênio, é mostrado na Tabela III.38.

Quando comparadas com as importações do quinquênio 94/98, de US\$ 3,275 bilhões e 2 Mt as exportações brasileiras, do quinquênio 1995/99, representaram apenas 3%, em valor e 2,9% em volume do total importado naquele período (1995/99).

Tabela III.38 - Exportações Brasileiras de Algodão em Pluma\*  
no Quinquênio 1995/99 \*\*. *Ranking* por país de destino  
(em US\$ 1,000.00 FOB e toneladas)

País de destino	Valor (US\$1000 FOB)	Quantidade (toneladas)
Portugal	16.946,6	8.922,9
Indonésia	12.660,4	7.438,6
Tailândia	9.190,4	5.483,8
Taiwan (Formosa)	7.608,7	4.448,8
Argentina	4.662,7	3.363,5
Bangladesh	4.018,5	2.456,7
Países Baixos	412,7	299,5
África do Sul	351,4	298,9
Outros	45.620,2	25.796,8
Total	101.472,0	58.510,0

Fonte: FNP/SECEX/Decex. In: AGRIANUAL, 2000. Obs.: \* Algodão não cardado, nem penteado.  
\*\* Até julho/99.

### (6.3) Principais mercados no Brasil

Três pólos de produção têxtil destacam-se no Brasil. O primeiro, em São Paulo, é o pólo de Americana, composto pelas cidades de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara D'Oeste e Sumaré. Ele é abastecido principalmente por algodão em pluma de Goiás, Mato Grosso, Paraná e por importações da Argentina, Paraguai e outros. Sua produção é enviada para a região metropolitana de São Paulo, para o segmento de confecções, principalmente. O segundo, o de Santa Catarina, é representado pelo pólo de Blumenau, Joinville e Brusque, que se abastece com fibras do Paraná, Argentina e Paraguai e com fios de S. Paulo. O terceiro pólo, é o Nordeste, composto principalmente pelo pólo de Fortaleza/CE, que se constitui em um grande parque fabril de fiação, tecelagem, malharia e confecções. Ele se abastece com fibra do Nordeste e, principalmente, do exterior, que ali chegam através dos portos de Fortaleza e Recife. Uma grande e moderna indústria de confecções (Grupo COTEMINAS) acaba de ser instalada em Campina Grande, na Paraíba. Este é um mercado importante para a produção potencial do Tocantins.

O algodão representa 97% de todas as fibras naturais consumidas e 90% das fibras produzidas no Brasil (FGV/CNI, 2000). Em 1998 foram produzidas 159.000t de algodão em pluma, importadas 400.000t e consumidas 730.000t, sendo exportadas apenas 50.000t (CONAB, 1999).

#### (6.4) Mercado do Tocantins

A produção de algodão do Tocantins, e da área-programa, é pequena. Com efeito, a produção e área colhida, no Estado, que já eram ínfimas (300 t e 300 ha, em 91/92), sequer foram registrada pelo IBGE em 99/2000. Contudo, em função da expansão da cotonicultura no Centro-Oeste, o Estado deverá sofrer influência positiva para ampliar sua área com o algodão.

#### (6.5) Competitividade

Os dados mostram competitividade de preços no mercado internacional para o algodão tocantinense, mas com apenas 7% de margem de competitividade. Porém, o produto não apresenta competitividade no mercado nacional, em função dos custos do transporte rodoviário.

#### (7) Panorama Geral da Fruticultura

A fruticultura no Brasil, hoje, é tratada como uma atividade - chave para o desenvolvimento econômico e social de várias regiões do país, principalmente daquelas que apresentam condições climáticas favoráveis e bom potencial de irrigação. Para tanto, os estudos de implantação de novos pólos devem determinar claramente o foco da exploração, dando base para o planejamento sustentado da atividade frente às oportunidades e condições dos mercados interno e externo de frutas tropicais.

Exceto na exportação de suco de laranja, em que detém o primeiro lugar, a presença brasileira no comércio internacional de frutas é residual, apesar de ser um dos três maiores produtores mundiais. Com efeito, o Brasil exportou, em 97, apenas 1% de sua produção de frutas frescas, ocupando o vigésimo lugar entre os países exportadores, com apenas 0,8% do comércio internacional. Ademais, a balança frutícola brasileira de frutas frescas (exportações - importações), no período 94 /98, foi deficitária, com um saldo negativo de 387 milhões dólares (Gazeta Mercantil, nov/99).

No biênio 97/98, as exportações brasileiras de frutas frescas somaram 559 mil toneladas e 227 milhões dólares. Já as importações somaram 719 mil toneladas, no valor de 466 milhões de dólares. Portanto, um déficit de 160 mil toneladas e de 238 milhões de dólares. Os produtos que mais contribuíram para as exportações brasileiras de frutas frescas foram, em termos de quantidade exportada: laranja, melão, banana, manga, maçã, abacaxi, papaia e uva . Quanto ao valor, foram: manga, melão, laranja, banana, maçã, papaia, uva e abacaxi.

Do lado das importações, em termos de quantidade, os mais importados no biênio foram: pêra, maçã, uva, ameixa, kiwi, nectarina, pêssego e cereja. Quanto ao valor, foram: pêra, maçã, uva, ameixa, kiwi, nectarina, pêssego e cereja.

Do lado das oportunidades, projeções da FAO sinalizam para o aumento da importância do comércio e do consumo de fruta fresca, principalmente nos países em desenvolvimento, como China, México, Brasil e Argentina, que apresentarão taxas de crescimento anual superiores aos países desenvolvidos, nesta década.

No agronegócio frutícola, o segmento de sucos tem papel relevante, constituindo-se em um dos maiores negócios do mundo. Os sucos naturais aparecem em terceiro lugar entre as bebidas preferidas pelos consumidores, depois da água e dos refrigerantes. Parcela especial desse mercado está reservada à oferta dos países em desenvolvimento, que representam metade das exportações mundiais. Neste segmento, é crescente o interesse pelos sucos e polpas de frutas tropicais, principalmente de abacaxi, maracujá, manga e banana, responsáveis pelas maiores exportações. Os países importadores, na maioria de clima temperado, têm confirmado seu interesse pelos sucos de frutas tropicais, incluindo as exóticas.

Dados divulgados pela SECEX revelam que as vendas de US\$ 1,29 bilhão, em 1999, credenciam o Brasil como o maior exportador de sucos de frutas do mundo. Em 1997, o país havia participado do mercado internacional com US\$ 1 bilhão, respondendo por cerca de 22% do comércio global do setor. Apesar do potencial apresentado pelos sucos de frutas tropicais, a participação brasileira nesse mercado está centrada em praticamente um produto, o suco de laranja concentrado e congelado, que, sozinho,



representou cerca de 96% do total exportado de suco de frutas, em 1999. Os 4% restantes estão restritos a outras poucas espécies, entre as quais se destacam a maçã, outros sucos de laranja e de uva, que, somados, representaram, no último ano, cerca de 53% desses 4% exportados.

É neste mercado promissor - para o qual o Brasil deverá elevar seu volume de exportação de frutas frescas - que sobressaem as maiores oportunidades para Tocantins, não desprezando a evolução recente da produção de abacaxi. É grande a vocação do Tocantins para a fruticultura e inquestionável a responsabilidade do Governo no sentido de buscar, junto com a iniciativa privada, novos caminhos para o desenvolvimento deste segmento, com novas formas de organização da produção e comercialização, com vistas a um melhor posicionamento nos mercados de insumos e de produtos.

Um sub-programa de desenvolvimento da fruticultura no Tocantins pode contribuir para a geração de mais empregos e renda no campo, isto porque o custo por emprego gerado na atividade agrícola é bastante mais baixo do que em outros segmentos econômicos, conforme mostram as tabelas a seguir.

Tabela III.39 - Custo por emprego gerado em diversas atividades

Setor	Investimento por emprego (US\$)
Químico	220.000
Metalúrgico	145.000
Bens de capital	98.000
Automobilístico	91.000
Telecomunicações	78.000
Turismo	66.000
Pecuária	100.000
Agricultura irrigada (inclui grãos)	26.500
Fruticultura irrigada	6.000

Fontes : MAA, CNI, MICT

Tabela III.40 - Comparativo de geração de emprego em diversas culturas irrigadas

Cultura ( região )	Direto	Indireto	Total
Milho (MG)	0,0189	0,0280	0,0469
Soja (MG)	0,0060	0,0185	0,0245
Cebola(MG)	0,0965	0,5553	0,6518
Tomate (NE)	0,6664	0,2854	0,9518
Melão (NE)	0,3460	0,2542	0,6002
Uva (NE)	5,4440	-	-
Banana (NE)	0,5000	-	-

Fonte: PRONI, 1989

Tabela III.41 - Geração de renda por atividade agrícola

Renda por atividade	R\$ hectare/ano
Pecuária de Corte	80
Ovinocultura	100
Soja	500
Arroz	1.600
Pecuária de leite	400
Piscicultura	4.500 por lamina d'água
Fruticultura	8.500
Hortaliças	14.000
Floricultura	25.000

Fonte: Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul. Dezembro. 1997.

Dados como estes comprovam a oportunidade de empreender-se uma ação planejada e coordenada para o setor, em função, sobretudo, de suas respostas concretas, tanto econômicas quanto sociais.

A cadeia produtiva de frutas no Brasil abrange cerca de 2 milhões de hectares, sendo responsável por 4 milhões de empregos diretos e um PIB de US\$ 11 bilhões, segundo dados do Instituto Brasileiro de Fruticultura (IBRAF). O segmento destaca-se pelo volume global de empregos gerados e pela demanda de mão-de-obra qualificada.

O Estado de São Paulo destaca-se no cenário nacional da produção de frutas, tanto em volume como em variedade de produtos explorados. Ali estão localizadas as grandes empresas processadoras, participantes ou não de cadeias nacionais importantes, como é o caso do suco de laranja. Vale lembrar, porém, que em

todos os Estados brasileiros existem projetos de fruticultura em estudo, implantação ou operação. Destaque-se, o Vale do São Francisco, região vocacionada para a atividade frutícola, que, desde a década de 70, recebe vultosos investimentos públicos para a implantação de áreas irrigadas, com produção diferenciada de frutas tropicais, devido, principalmente, às condições climáticas propícias. Decorrência desses investimentos, a área ocupada com frutícolas sob irrigação, naquele Vale, alcançou, em 1998, 81 063,5 hectares, dos quais, 23 549,2 ha de banana, 21 825,4 ha de manga, 9 946,6 ha de coco, 4 573,1 ha de uva, 4 277,8 ha de pinha, 3 988,8 ha de goiaba, 2 434,2 ha de maracujá, 2 326,3 ha de mamão e 8 142,1 ha de outras frutas.(CODEVASF, 1999).

Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará apresentam novas áreas de cultivo, bem diversificadas, despontando, hoje, o Nordeste como o maior potencial produtor e exportador de frutas *in natura* do País. Com efeito, no período 1994 a junho de 98, aquela região já foi responsável por 45,36% do valor das frutas frescas exportadas pelo país – 220 milhões dólares, de um total de 485 milhões dólares exportados pelo Brasil, naquele período (SECEX, 1999).

No Sul do Brasil, desenvolve-se a fruticultura temperada. Com isso, assiste-se à substituição de importações de produtos como a maçã, em Santa Catarina, e o fortalecimento da tradicional cadeia de uva e do vinho, no Rio Grande do Sul. No Centro-Oeste, a fruticultura vem aparecendo lentamente no cenário, acompanhando o crescimento regional da demanda, gerada pelo deslocamento populacional proporcionado pelo desenvolvimento recente da fronteira agrícola nos cerrados.

Na região Norte, o Pará é importante produtor de várias frutas, entre elas o abacaxi e o maracujá, abrigando indústrias de processamento e exportação de derivados. A produção oriunda daquela região, sobretudo dos dois produtos mencionados, abastece parte do mercado interno e é alvo de novos investimentos. A mesma situação é identificada no Tocantins e Rondônia, que já aproveitam melhor as condições climáticas, inclusive as frutas exóticas da Amazônia e que surgem como opções de exportação e de diversificação da atividade.

Analisando-se as tabelas 3a e 3b, a seguir, vê-se que as exportações de frutas frescas e processadas alcançaram 1.441.634.514 kg e 1.526.167.729 dólares, em 1996; 1.441.709.812 kg e 1.121.276.427 dólares, em 1997 e 1.527.251.515 kg e 1.400.060.359 dólares em 1998. Observa-se ainda que as frutas frescas ou secas representaram, em peso e valor, respectivamente, 19,5% e 6,9% (em 1996); 19,3% e 8,8% (em 97) e 22% e 8,4% (em 98) do total exportado em cada ano, significando que produtos com maior valor agregado (sucos) dominaram a pauta frutícola brasileira de exportação, naquele triênio.

A União Européia e o Mercosul respondem por 90% do destino das exportações brasileiras de frutas frescas: a União Européia compra dois terços de nossas exportações, enquanto o Mercosul absorve um quarto de nossas vendas externas de frutas frescas. Tal relação tem se mantido estável nos últimos dez anos, e deverá permanecer assim no futuro imediato. A médio e longo prazos, pode-se prever um aumento na participação dos países da América do Norte e do Sudeste Asiático, à medida que o país capacitar-se para atender às rigorosas exigências sanitárias daqueles países e alocar esforço político suficiente para as negociações internacionais sobre “barreiras comerciais”.

Tabela III.42 – Brasil: exportações de frutas frescas ou secas no triênio 96/98.

PRODUTO	1996		1997		1998	
	Peso (kg)	Valor (US\$ FOB)	Peso (kg)	Valor (US\$ FOB)	Peso (kg)	Valor (US\$ FOB)
Bananas frescas ou secas	29.956.699	6.226.704	40.061.504	8.381.081	68.555.354	11.628.862
Abacaxis frescos ou secos	11.542.434	4.050.768	12.956.000	3.938.385	13.002.626	3.853.644
Goiabas, mangas e mangostões frescos ou secos	24.335.574	28.953.187	23.369.725	20.182.289	39.185.809	32.517.407
Laranjas frescas ou secas	99.223.435	20.410.123	91.661.715	908.602	2.301.193	1.423.364
Limões e limas frescos ou secos	1.424.452	755.108	1.511.785	908.602	2.301.193	1.423.364
Uvas frescas	4.516.332	6.296.221	3.704.924	4.779.957	4.405.496	5.823.331
Uvas secas	31.562	48.697	60.988	112.189	23.366	33.106
Melancias frescas	7.620.506	1.251.599	5.811.933	739.441	8.808.904	1.031.417
Melões frescos	50.719.797	25.326.783	45.729.468	20.913.101	65.004.755	28.323.447
Mamões frescos(Papaia etc.)	5.693.310	4.723.912	7.868.603	7.276.752	9.878.377	9.453.484
Outras frutas frescas	108.131	148.129	108.449	146.477	155.387	196.491
TOTAL	235 172 232	98 191 231	232 845 094	90 469 912	276 935 506	108 643 281

Fonte: SECEX

Tabela III.43 – Brasil: exportação de sucos de frutas no triênio 96/98

PRODUTO	1996		1997		1998	
	Peso (kg)	Valor (US\$ FOB)	Peso (kg)	Valor (US\$ FOB)	Peso (kg)	Valor (US\$ FOB)
Sucos de laranjas, congelados, não fermentados	1.183.288.543	1.392.919.396	1.179.571.236	1.003.015.399	1.227.871.628	1.262.339.132
Outros sucos de laranjas, não fermentados	5.783.670	3.917.553	6.915.155	3.645.531	4.085.214	8.357.205
Sucos de abacaxis (ananases)	1.578.217	2.244.256	762.394	961.187	1.835.830	2.640.103
Sucos de uvas	5.702.312	7.914.856	9.928.144	15.953.022	6.479.580	12.372.955
Sucos de outras frutas	10.032.074	20.927.661	10.475.229	6.253.925	8.921.244	4.859.155
Misturas de sucos, não fermentados	77.466	52.776	1.212.560	977.451	1.122.513	848.528
<b>TOTAL</b>	<b>1 206 462 282</b>	<b>1 427 976 498</b>	<b>1 208 864 718</b>	<b>1 030 806 515</b>	<b>1 250 316 009</b>	<b>1 291 417 078</b>

Fonte: SECEX

O desempenho das exportações das diversas frutas tem sido muito desigual. Pode-se identificar um grupo de frutas tropicais "tradicionais" no mercado mundial (banana, laranja, abacaxi), com peso ainda dominante na pauta de exportações, porém apresentando taxas de crescimento pequenas ou até negativas nos últimos quinze anos. Outro grupo, que poderia chamar-se de frutas tropicais e mistas "dinâmicas" (manga, papaia, melão, uva), apresentou crescimento acelerado no mesmo período. Este último grupo é o que detém as melhores perspectivas para o médio e longo prazos nos principais mercados importadores.

Uma análise sucinta dos canais de comercialização mundial, indica a existência, além das frutas de clima temperado, das cítricas e da banana (as três, em conjunto, representando a avassaladora maioria - 96% - das frutas comercializadas mundialmente) de dois grandes grupos de produtos: os "tropicais" e os "fora-de-estação". Para ambos, a distribuição final é feita através de feiras livres, lojas de especiarias e em cadeias de supermercados. Nos maiores mercados das regiões temperadas, muitos produtos tropicais são considerados ainda exóticos e alguns deles ingressam no consumo, como produtos fora-de-estação. O produto exótico, normalmente é vendido com mais frequência para imigrantes e é pouco conhecido pelos consumidores dos países mais desenvolvidos. Em decorrência, para que sua exportação seja incrementada, será necessário introduzir nesses mercados uma política mais agressiva de *marketing* desses produtos tropicais.

Quanto aos preços, por unidade de produto, já não são mais os mesmos da década de 80, o que exige aumento de eficiência na produção e na comercialização para compensar as menores margens. Decorrência das exigências dos mercados, inúmeras alterações estão atualmente ocorrendo, pois os mesmos passam por um período de grande concorrência, em função de um aumento da oferta mundial. Uma das características dos anos 90 é que o consumidor tornou-se mais exigente e mais seletivo, o que contrasta com a demanda voltada às grandes massas, ocorrida nos anos 80. Com a formação dos grandes blocos econômicos, União Européia, NAFTA, MERCOSUL etc., os fornecedores passaram a se adaptar à situação de cada um desses mercados.

Em diferentes países do mundo, a comercialização de produtos frutícolas se realizava, tradicionalmente e em sua maior parte, através de terminais atacadistas centrais, como as nossas CEASAS. Já na década de 80, nos EUA e Europa, modificava-se fortemente a comercialização: o tradicional comércio varejista é deslocado pelos supermercados e hipermercados, que surgem como grandes centros de comercialização de produtos frescos. Nos Estados Unidos, hoje, 95% dos consumidores adquirem os seus produtos frescos nos supermercados. Como consequência, também se modifica a comercialização atacadista, fato que, agora, começa a ocorrer no Brasil.

O uso de marcas é outro aspecto importante e crescente na comercialização de produtos frescos. O valor das marcas sobressai quando o consumidor busca, em primeiro lugar, qualidade e higiene dos produtos, que parecem ser mais garantidas se estiverem respaldadas por uma marca. Isto se vê claramente no caso dos produtos orgânicos ou naturais. Atualmente, as exigências e a competição do mercado exigem um empresário que além de contar com boa informação e tecnologia, saiba elaborar estratégias para sua empresa e esteja disposto a ocupar-se dos elos da cadeia comercial. Neste sentido, análises de estruturas de custos e retornos ao produtor demonstraram que de 70% a 80% do valor do produto final é retido pela cadeia comercial.

Quanto às possibilidades de aumento de consumo, o maior potencial deverá situar-se nos países asiáticos, que registram um substancial aumento da renda *per capita*. A expectativa é que, nos próximos 10 a 15

anos, o consumo de frutas frescas duplicará e o de congelados e sucos crescerá em cerca de 25%, enquanto o consumo de enlatados recuará, em aproximadamente 25%. Isso poderá abrir novas oportunidades à oferta de produtos de países do hemisfério Sul, como o Brasil, que apresentam complementaridade de produção com os países do hemisfério Norte.

## (8) Abacaxi

### (8.1) Balanço Mundial

Dos cinco grandes grupos botânicos de abacaxis conhecidos o *Cayenne*, o *Spanish*, o *Queen*, o *Pernambuco* e o *Mordilonus*, apenas o cultivar *smooth cayenne*, do primeiro grupo, representa mais de 80% da produção comercializada do mundo. No caso da transformação, especialmente em conservas, somente este cultivar é considerado.

A variedade brasileira *pérola*, pertencente ao grupo *pernambuco*, não é cultivada em grandes extensões em outros países. Também aqui esta variedade é pouco representativa e as estatísticas de consumo são precárias. A proporção de comercialização no CEAGESP e no CEASA do Distrito Federal (únicos mercados que informam as variedades), pequena há alguns anos atrás (entre 2 e 15 % de abacaxi comercializado), está aumentando em São Paulo, onde chegou a 20% da oferta em 1998, e substituiu o *havaí* (nome do *smooth cayenne* no Brasil) no Distrito Federal, onde representa 90% da oferta no primeiro sete meses de 1999.

Três novidades apareceram nos mercados internacionais nos últimos 10 anos:

- cultivar *victória*, do grupo *queen*, tamanho médio de 400 g, sem parte fibrosa no meio, está conquistando uma pequena fatia dos mercados muito exóticos da Europa,
- Novos híbridos inventados pelas multinacionais. A Del Monte, com o *gold*, de tamanho similar ao *smooth cayenne*, mas muito mais doce, está fazendo uma revolução nos mercados de abacaxis frescos,
- O grande sucesso dos pre-cortados, frescos, comercializados de maneira generalizada.

O abacaxi é uma fruta bastante consumida em compotas e sucos. A transformação absorve cerca de 45% da produção mundial e constata-se uma concentração dos transformadores na Ásia, onde 80% da produção da Tailândia (primeiro produtor mundial) é industrializada.

Os principais produtores estão na Ásia, continente que produz 52% - 6,9 dos 13,4 Mt - da produção mundial. Na Tailândia e Filipinas se encontram os gigantes do processamento de conservas, sucos e concentrados. O segundo continente maior produtor de abacaxis é a América Latina, com 4 Mt, sendo 1,7 Mt produzidas no Brasil, o segundo produtor mundial. Esse continente tem uma vocação mais marcada para o comércio de frutas frescas, e inventou o novo segmento dos pre-cortados frescos. E finalmente, a África, cuja produção continua aumentando devagar, de 1,9 Mt, em 1995, para 2,2 Mt, em 1999. A Costa do Marfim e Gana destinam a produção da fruta fresca para a exportação; o Quênia para a industrialização (conservas). Na Nigéria predomina o consumo local.

A maior parte das exportações de abacaxi é feita sob forma de conservas e sucos, que absorvem quase 6 Mt das 13,4 produzidas (45% da produção mundial). As exportações de abacaxis frescos são relativamente modestas em relação a produção, totalizando 900.000 t., 7% da produção mundial. Como é freqüente, as regiões que produzem para exportação de frutas frescas não são os maiores produtores, e vice-versa. Pode-se ver dois grupos de especialização no mercado de abacaxi:

- Costa Rica, Honduras, Costa do Marfim e Gana, e mais o Havaí (território americano) são regiões especializadas na produção de frutas frescas para exportação; com volumes exportados superiores a 50% da produção,
- Tailândia, Filipinas, Indonésia e Quênia operam principalmente na industrialização de abacaxi.

Tabela III.44 - Produção mundial de abacaxi  
(em toneladas)

	1999	1998	1997
Mundo	13.444.203	12.689.845	13.149.583
Ásia	6.894.904	6.263.861	6.759.307
Tailândia	2.353.037	1.787.032	2.083.390
Filipinas	1.495.120	1.495.120	1.638.000
Índia	1.100.000	1.100.000	1.100.000
China	941.057	941.057	925.686
Indonésia	326.950	326.950	385.770
Vietnam	262.680	195.842	190.000
Bangladesh	148.580	148.580	148.485
Malásia	143.000	143.000	160.000
Outros	124.480	126.280	127.976
América do Sul	2.624.780	2.506.860	2.577.998
Brasil	1.740.840	1.640.900	1.806.837
Colômbia	407.753	360.000	330.000
Venezuela	182.153	200.344	189.453
Peru	110.000	127.910	125.542
Equador	79.947	79.947	30.150
Bolívia	52.535	46.385	45.300
Paraguai	39.000	38.872	38.405
Outros	12.552	12.502	12.311
Américas do Norte e Central	1.568.235	1.570.984	1.475.654
México	480.856	480.856	391.491
Costa Rica	400.000	400.000	355.000
EUA	301.000	301.000	301.000
Guatemala	102.060	110.450	108.227
Rep. Dominicana	72.528	107.752	111.960
Honduras	70.086	72.621	68.000
Nicarágua	46.000	4.600	46.000
Outros	95.705	93.705	93.976
ÁFRICA	2.182.857	2.133.031	2.170.288
Nigéria	881.000	857.000	830.000
Quênia	290.000	300.000	290.000
Costa de Marfim	225.675	198.306	260.556
Congo	200.000	204.364	202.903
África do Sul	152.686	133.518	144.182
Tanzânia	75.000	74.000	73.000
Guinéa	71.858	71.858	67.000
Madagascar	52.000	51.000	51.000
Outros	234.638	242.985	251.647
Oceania	145.271	145.301	145.338
Austrália	123.000	123.000	123.000
Outros	22.271	22.301	22.338

Fonte: FAO

No Brasil, estima-se um grau de industrialização de 15% da produção, principalmente em sucos concentrados. O resto é consumido fresco no mercado interno, com exceção das 15.000 t, menos de 1% da produção, exportadas para a Argentina, e da alta proporção de perdas.

A Europa aparece como um importante exportador de abacaxi frescos, intermediando as produções das suas ex-colônias. Este dado inflaciona o volume total do comércio internacional de maneira ilusória, e deve ser deduzido quase inteiramente do total mundial de 800/900 mil toneladas anuais apresentado pela FAO.

Tabela III.45 - Exportações de abacaxis frescos  
(em toneladas)

	1998	1997	1996
Mundo	870.903	916.675	839.383
América do Norte e Central	359.503	322.626	258.533
Costa Rica	297.000	250.100	179.451
EUA	25.063	23.788	17.792
México	19.827	18.337	10.198
Honduras	11.602	22.949	30.636
Outros	6.011	7.452	20.456
África	197.852	226.850	206.700
Costa de Marfim	160.000	190.000	170.406
Gana	24.000	25.402	26.962
Outros	13.852	11.448	9.332
Ásia	149.391	174.078	178.791
Filipinas	117.436	144.802	143.994
Malásia	18.592	17.000	17.814
Indonésia	7.000	5.590	11.337
Tailândia	2.207	2.207	2.172
Outros	4.156	4.479	3.474
Europa	148.779	169.461	171.431
França	75.560	85.445	77.181
Bélgica	45.415	50.142	58.189
Países Baixos	14.447	20.082	24.202
Itália	5.879	4.138	2.542
Outros	7.478	9.654	9.316
América do Sul	21.843	23.323	23.342
Brasil	13.003	12.956	11.542
Equador	6.374	8.825	9.746
Outros	2.466	1.542	2.054
Oceania	520	302	491

Fonte: FAO

Quando se fala do mercado internacional de abacaxi fresco, cujos 3 principais compradores são a América do Norte, a Europa e o Japão, é importante lembrar-se que quase todo o mercado foi suprido durante muitos anos com o cultivar *smooth cayenne*, com duas apresentações: casca verde (estado natural), para os mercados da América do Norte e parte do Reino Unido, e casca amarelada, por meio de um tratamento com fito-hormônios no final da cultura, para os mercados europeus.

De acordo com as estatísticas da FAO, confirma-se a diminuição global das importações, que esconde tendências opostas de acordo com as regiões: (1) a América do Norte aumenta suas importações de maneira significativa e (2) Europa e o Japão diminuem as importações.

A falsa liderança da Europa em termos de volumes importados vem do fato que os números apresentados pela FAO incluem a duplicidade de contabilização devido à reexportação. As importações reais da Europa devem ser diminuídas de aproximadamente 100 mil toneladas, deixando-a no patamar de 300 mil toneladas anuais, semelhante ao nível atual de importação da América do Norte. Finalmente, não se pode deixar de mencionar o crescimento rápido das importações chinesas. Apesar de modestas, o tamanho do país, combinado com seu atual processo de abertura, podem trazer muitas mudanças no futuro próximo.

## (8.2) Panorama nacional do abacaxi

A boa aceitação da variedade "Pérola" é outra particularidade do mercado brasileiro. Saborosa, mas piriforme, seu plantio foi abandonado nos outros países por causa de sua forma inadequada ao processamento para conservas.

Finalmente, convém citar o "lançamento" do abacaxi "gomo de mel" feito pelo IAC – Instituto Agrônomo de Campinas, há 2 anos atrás. Pela descrição, essa fruta poderia receber uma grande aceitação interna como externa. Porém, nenhuma produção comercial foi vista até agora.

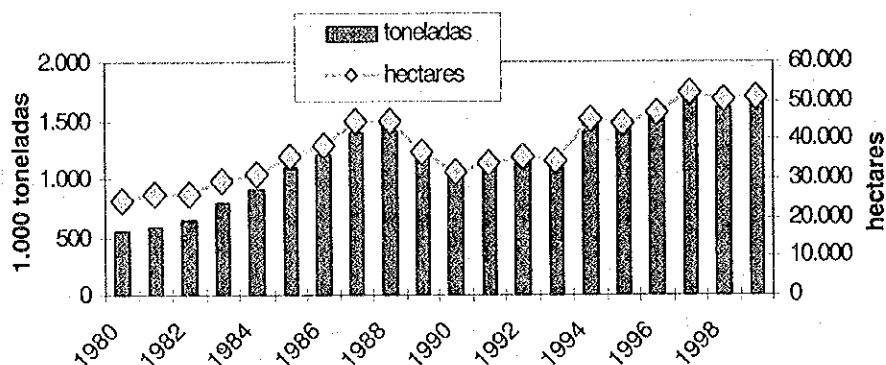
A produção brasileira de abacaxi cresceu fortemente nos primeiros 8 anos da década de 80, caindo drasticamente em 89 e 90, para voltar a subir mas vagarosamente até o patamar atual de 1,7 Mt, três vezes a produção de 20 anos atrás.

O gráfico abaixo mostra uma tendência ao aumento da produtividade global, fato que mereceria uma análise mais aprofundada por se tratar de números globais que não diferenciam as variedades plantadas.

Analisando as estatísticas de produção por estado, notamos nos últimos 4 anos :

- a produção brasileira cresceu bastante no norte do país, nos estados do Pará e do Tocantins, mais de 155%,
- no centroeste, mais 84%,
- e nos estados nordestinos da Bahia, Rio Grande do Norte, Maranhão e Sergipe, mais 52%,
- enquanto ela caía pela metade na Paraíba (falência da empresa que exportava para Bélgica, em consequência da falência da empresa belga) e em Pernambuco, tornando negativo o balanço produtivo da região Nordeste.

Gráfico III.14 - Evolução de área e produção de abacaxi no Brasil



Fonte: IBGE

Tabela III.50 - Produção brasileira de abacaxi  
(em toneladas)

	1995	1996	1997	1998
SUDESTE	603.801	724.131	647.822	622.538
Minas Gerais	466.619	560.166	465.372	455.411
São Paulo	24.503	45.660	60.297	76.223
Rio de Janeiro	36.765	41.798	39.405	40.452
Espírito Santo	75.915	76.508	82.748	50.453
NORTE	146.423	126.978	406.511	376.824
Pará	137.877	118.328	371.066	329.475
Tocantins	8.546	8.650	35.445	47.349
NORDESTE	593.952	655.707	669.746	504.486
Paraíba	353.636	377.183	325.125	179.072
Bahia	88.466	84.792	105.126	132.983
Rio Grande do Norte	45.306	80.213	82.086	73.938
Maranhão	32.946	58.920	83.328	55.854
Alagoas	22.694	19.730	24.287	25.400
Pernambuco	41.379	23.118	35.909	23.256
Sergipe	9.426	11.678	13.811	13.860
Ceará	101	75	75	125
CENTROESTE	50.715	64.053	74.087	94.184
Goiás	29.592	39.188	49.533	65.441
Mato Grosso	16.863	18.864	16.316	22.848
Mato Grosso do Sul	4.260	6.002	8.238	5.895
SUL	9.218	8.184	8.073	8.171
Rio Grande do Sul	5.799	4.766	4.865	4.980
Santa Catarina	3.419	3.419	3.209	3.191
TOTAL	1.426.052	1.579.993	1.806.837	1.606.682

Fonte: IBGE, 1999

Três grandes pólos de produção de abacaxi no Brasil estão se destacando:

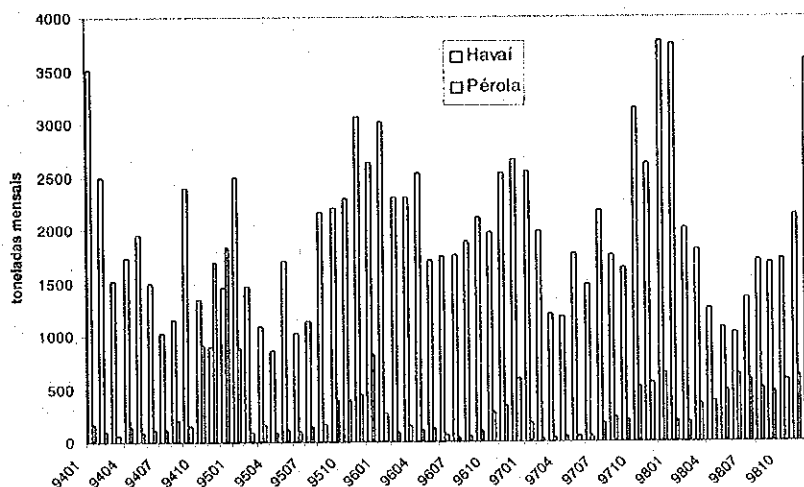
- em primeiro, a região do Triângulo Mineiro (que aglutina parte do Noroeste do estado de São Paulo e do Centro Oeste)
- em segundo, a ponta leste da região nordeste,
- e em terceiro, crescendo fortemente, a região norte, nos estados do Pará e do Tocantins,

No Brasil, existem duas variedades comercializadas em grande escala: o smooth cayenne, chamado "Havaí" e o pérola.

Não há estatística permitindo saber as quantidades produzidas de cada variedade, apenas algumas indicações qualitativas que permitem ter uma idéia da situação:

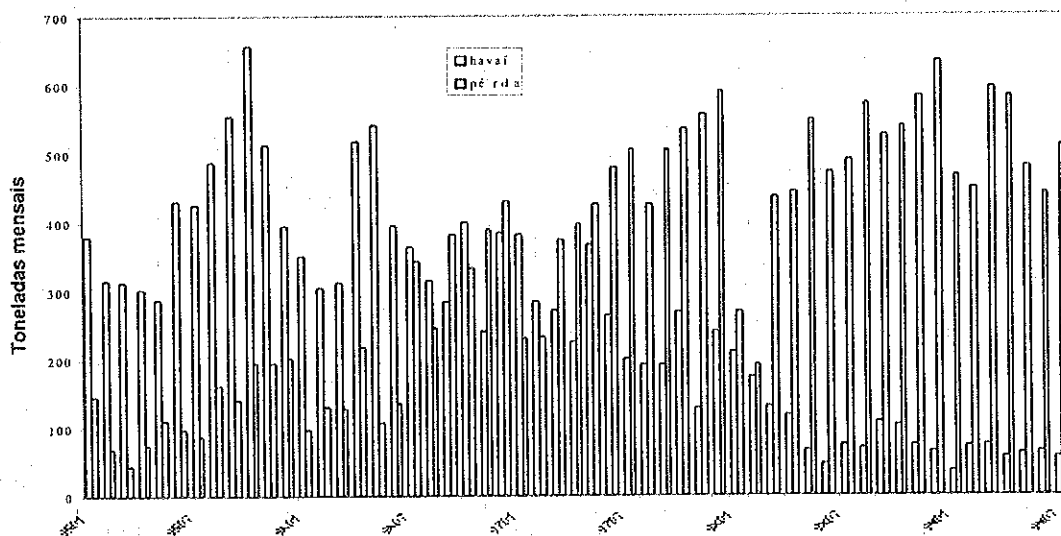
- as vendas no CEAGESP mostram uma repartição da oferta de 65% até 95% de Havaí contra 5% a 35% de pérola, dependendo dos meses do ano;
- as vendas totais de pérola no CEAGESP tendem a aumentar, passando de 8% dos volumes comercializados no ano de 1996, para 20% em 1998;
- no CEASA do Distrito Federal, aconteceu uma substituição do Havaí pelo pérola, que em 1998 já representa 80% dos volumes comercializados;
- sabe-se que os novos plantios realizados no Tocantins estão concentrados em cima da variedade "pérola";
- encontra-se cada vez mais a variedade pérola nas lojas, o que era difícil acontecer há dez anos atrás.

Gráfico III.15 - Comparação das quantidades mensais de abacaxi *havaí* e *pérola* comercializadas no CEAGESP – 1994-98



O gráfico II.3 mostra bem o aumento relativo das ofertas de pérola a partir de Novembro de 1997, no CEAGESP.

Gráfico III.16 - Comparação das quantidades mensais de abacaxi Havaí e pérola comercializadas no CEASA do Distrito Federal – 1995-99





O gráfico II.4 mostra claramente a substituição ocorrida entre pérola e havaí no CEASA do Distrito Federal.

### (8.3) Principais mercados no Brasil

Partindo da produção total de abacaxis do Brasil, existem dois destinos distintos:

- as indústrias de transformação, em suco concentrado (60° brix) e em conservas (rodela e pedaços);
- os diversos canais de comercialização da fruta fresca, para o mercado interno e externo:
- “fruteiros” locais, nas áreas de produção (eles revendem para os canais a seguir);
- Ceasas;
- Supermercados;
- Processadores para food-service;
- Exportadores;
- Clientes diretos no exterior.

Eliminando o impacto do plano real sobre os preços das frutas no mercado interno (efeitos de alta muito forte do segundo semestre de 94 até final de 95), notamos que os preços estão voltando ao patamar de 1993. Não parece haver tendência de baixa nos preços, mesmo com aumento significativo das quantidades produzidas.

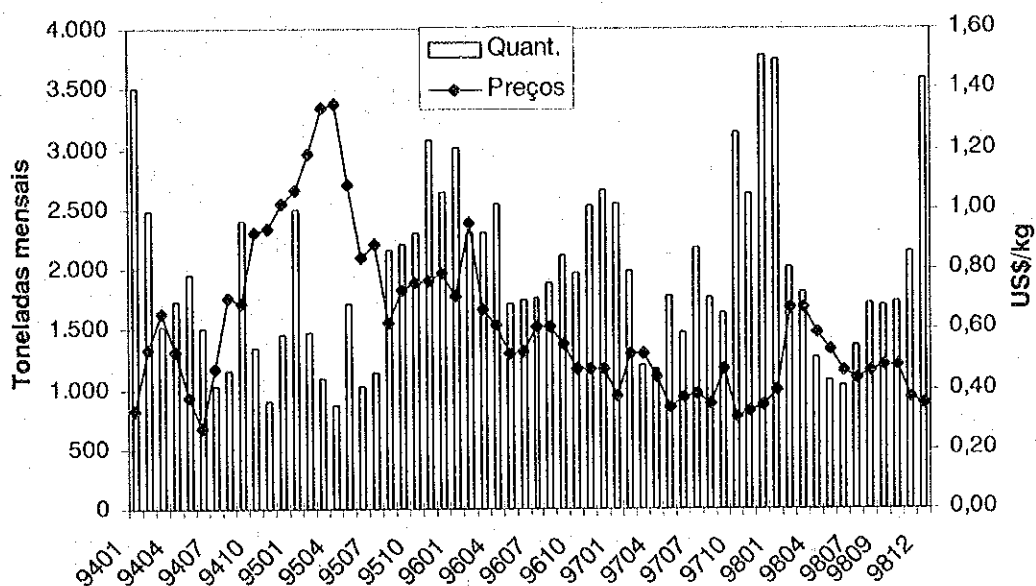
#### **Sudeste (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo)**

Pare se ter uma estimativa do consumo da região sudeste, na ausência de outro levantamento mais preciso, propomos usar o valor do consumo per capita apurado pelo IBGE em 1996 nas capitais dessa região, calculando sua média ponderada, multiplicando esse valor pela população da região. Desta forma, estima-se que o consumo de abacaxi fresco na região sudeste está ao redor de 125 mil toneladas.

As quantidades comercializadas nos CEASAS da região não são todas disponíveis. Dispõe-se de São Paulo-CEAGESP, mas não do mercado municipal, do Rio de Janeiro-CEASA, e de Contagem-CEASA. Faltam estatísticas do CEASA de Vitória. A soma destas quantidades é de 74 mil toneladas. A principal explicação dessa diferença vem da existência de canais de distribuição de frutas diretos das regiões de produção para os varejistas organizados, com plataformas regionais para receber cargas fechadas, e redespachá-las nas suas lojas. Os CEASAS dividem cada vez mais sua função de plataforma regional com outras organizações. Outra razão vem do fato de que muitos mercados atacadistas menores (como o mercado municipal em São Paulo), ou os CEASAS do interior do Estado não mantêm estatísticas. Mesmo assim, é interessante observar as estatísticas existentes, como indicadores de tendências.

Como já foi mostrado acima, a proporção das quantidades ofertadas entre pérola e Havaí parece estar mudando gradativamente, a fatia do pérola nas ofertas subindo de 8% em 1996 para 20% em 1998 considerando o total do ano, e 40% na época de maio a julho (ver gráfico de comparação das quantidades ofertadas no CEAGESP).

Gráfico III.17 - Quantidades e preços dos abacaxis Havaí Comercializados no CEAGESP



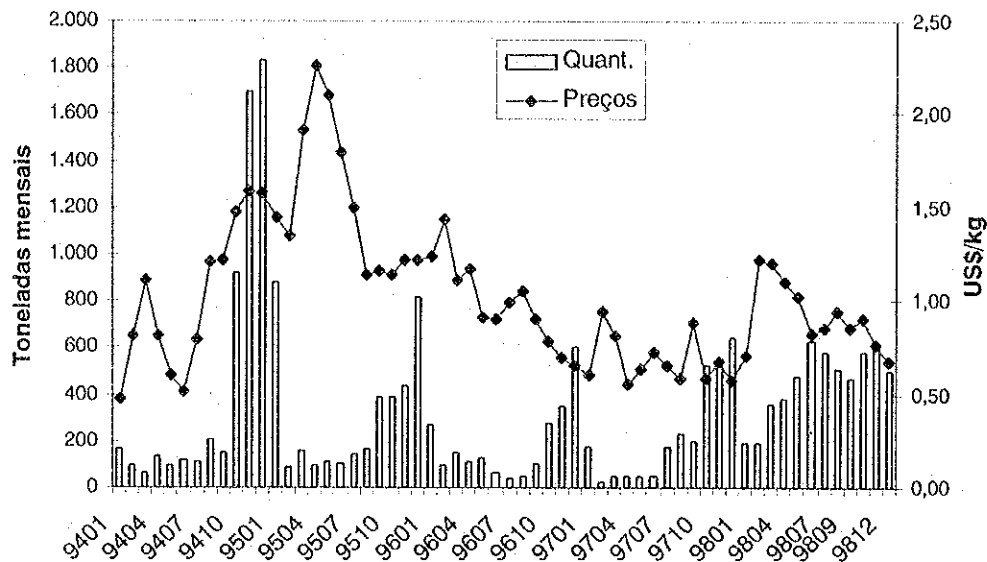
Notamos:

- a sazonalidade da oferta, com quantidades mensais de duas a três vezes maiores entre outubro e janeiro, comparando com os outros meses do ano. Este fenômeno denota a falta de domínio das técnicas de indução floral.
- A falta de suprimento em volume entre novembro de 94 e setembro de 95, com grande reação dos preços;
- A tendência de baixa dos preços, para voltar ao patamar anterior ao plano real, ao redor de US\$ 0,35/kg durante a safra (Outubro à Janeiro).

Tabela III.51 - Quantidades comercializadas e preços médios do abacaxi *havaí* no CEAGESP

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>	(em toneladas)												
1994	3.505	2.488	1.520	1.732	1.952	1.497	1.031	1.146	2.394	1.339	901	1.461	20.967
1995	2.500	1.474	1.088	857	1.711	1.021	1.134	2.167	2.203	2.296	3.067	2.639	22.157
1996	3.007	2.301	2.298	2.536	1.705	1.752	1.761	1.886	2.112	1.969	2.530	2.660	26.518
1997	2.542	1.989	1.202	1.174	1.774	1.476	2.178	1.765	1.637	3.139	2.624	3.776	25.277
1998	3.747	2.013	1.815	1.256	1.078	1.022	1.354	1.705	1.689	1.724	2.142	3.591	23.136
<b>PREÇO</b>	(em US\$/kg)												
1994	0,33	0,53	0,65	0,52	0,37	0,27	0,47	0,70	0,68	0,92	0,93	1,02	
1995	1,07	1,18	1,34	1,35	1,08	0,84	0,88	0,62	0,73	0,76	0,76	0,79	
1996	0,71	0,95	0,66	0,62	0,52	0,52	0,61	0,61	0,55	0,47	0,47	0,47	
1997	0,38	0,52	0,52	0,44	0,34	0,37	0,38	0,35	0,47	0,30	0,33	0,34	
1998	0,40	0,67	0,67	0,59	0,53	0,46	0,43	0,46	0,48	0,48	0,37	0,35	

Gráfico III.18 - Quantidades e preços dos abacaxis Pérola Comercializados no CEAGESP



Notamos:

- uma oferta grande de pérola no CEAGESP no período de outubro 94 até janeiro 95, quando as quantidades vendidas quase igualaram as de Havaí, que estava em falta. Este fenômeno não se repetiu;
- uma tendência ao aumento das quantidades oferecidas em 1998, dobrando as quantidades de 1997;
- a mesma tendência de baixa dos preços vista para o Havaí, de US\$ 1,50 para 0,70/kg, entre 94 e agora;
- um preço nominal atual de US\$ 0,70/kg, quase o dobro do Havaí.

Tabela III.52 - Quantidades comercializadas e preços médios do abacaxi pérola no CEAGESP

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>	(em toneladas)												
1994	170	99	61	138	93	118	114	206	149	918	1.695	1.830	5.590
1995	882	87	159	95	114	103	140	165	392	391	438	821	3.788
1996	268	92	154	112	126	64	38	46	105	276	347	601	2.229
1997	176	26	44	50	50	50	173	230	200	525	553	641	2.716
1998	193	190	354	380	476	628	581	510	472	583	621	504	5.491
<b>PREÇO</b>	(em US\$/kg)												
1994	0,47	0,82	1,11	0,81	0,61	0,51	0,79	1,21	1,22	1,47	1,59	1,58	
1995	1,45	1,35	1,92	2,26	2,10	1,80	1,50	1,14	1,16	1,14	1,22	1,22	
1996	1,24	1,43	1,11	1,17	0,91	0,90	0,99	1,06	0,90	0,79	0,70	0,65	
1997	0,61	0,95	0,82	0,56	0,64	0,72	0,65	0,58	0,88	0,59	0,67	0,57	
1998	0,70	1,22	1,20	1,10	1,02	0,82	0,86	0,94	0,85	0,91	0,76	0,68	

Minas Gerais

Tabela III.53 - Quantidades comercializadas e preços médios de abacaxis no CEASA-Contagem

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Aug	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>	(em toneladas)												
1996	1.531	961	1.204	1.509	1.122	1.345	1.275	1.189	1.425	1.963	2.119	2.887	18.529
1997	1.820	1.498	1.562	1.596	1.621	1.501	1.785	1.717	2.163	2.325	2.491	2.727	22.805
1998	2.742	1.222	1.562	1.104	1.238	1.055	1.231	1.643	1.627	1.520	1.701	2.825	19.470
1999	2.250	1.508	1.915	1.978	1.993	1.776	1.487	1.889	2.025	2.209	2.579	2.855	24.465
<b>PREÇO</b>	(em US\$/kg)												
1996	0,64	0,92	0,75	0,66	0,54	0,49	0,50	0,52	0,51	0,53	0,45	0,38	
1997	0,35	0,49	0,49	0,48	0,38	0,35	0,32	0,34	0,38	0,36	0,38	0,34	
1998	0,38	0,62	0,68	0,63	0,49	0,44	0,41	0,38	0,47	0,47	0,39	0,30	
1999	0,35	0,32	0,29	0,28	0,26	0,22	0,22	0,22	0,23	0,26	0,25	0,24	

Notamos:

- a queda do preço entre janeiro 96 e dezembro 99, de US\$ 0,50 para 0,25/kg.
- embora menos marcada que em São Paulo, a sazonalidade existe também em Belo Horizonte, na mesma época do ano (pico de outubro a janeiro, entressafra de maio a julho).

### Rio de Janeiro

Notamos:

- uma queda de preços no atacado do Rio de Janeiro de US\$ 1,00 para 0,30/kg;
- uma sazonalidade muito mais marcada que em São Paulo e Belo Horizonte

Tabela III.54 - Quantidades comercializadas e preços médios de abacaxis no CEASA

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Aug	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>	<b>(em toneladas)</b>												
	2.063	356	279	340	328	408	497	962	1.497	2.322	2.053	4.132	15.237
1996	1.169	977	768	939	863	700	727	648	1.085	2.301	4.302	5.023	19.501
1997	1.682	797	923	1.070	1.206	973	1.192	1.421	2.259	2.654	4.072	6.033	24.282
1998	1.718	1.207	1.246	871	988	866	793	1.558	1.887	2.165	2.790	5.545	21.632
<b>PREÇO</b>	<b>(em US\$/kg)</b>												
1995	0,94	1,06	1,16	1,07	1,08	1,07	0,99	0,88	0,87	0,79	0,65	0,76	
1996	0,81	0,77	0,79	0,84	0,75	0,62	0,47	0,52	0,50	0,45	0,37	0,39	
1997	0,46	0,46	0,44	0,44	0,45	0,43	0,48	0,48	0,43	0,37	0,33	0,37	
1998	0,49	0,45	0,54	0,62	0,54	0,44	0,44	0,43	0,38	0,35	0,31	0,33	

### Mercados do Nordeste/Norte (Bahia, Ceará, Pernambuco, Paraíba)

#### Bahia

Tabela III.55 - Quantidades comercializadas e preços médios de abacaxi no CEASA

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Aug	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>	<b>(em toneladas)</b>												
1995	733	479	382	410	458	297	481	424	418	659	562	661	5.964
1996	548	317	336	441	318	333	501	365	475	662	894	930	6.119
1997	564	378	468	512	454	446	614	535	711	887	913	1.047	7.530
1998	484	426	463	505	497	529	554	703	732	680	777	1.003	7.355
<b>PREÇO</b>	<b>(em US\$/kg)</b>												
1995	0,52	0,71	0,71	0,64	0,59	0,53	0,48	0,47	0,51	0,40	0,40	0,49	
1996	0,49	0,56	0,55	0,53	0,45	0,47	0,37	0,42	0,40	0,43	0,39	0,39	
1997	0,33	0,33	0,33	0,32	0,29	0,29	0,30	0,36	0,37	0,34	0,28	0,32	
1998	0,38	0,41	0,47	0,45	0,41	0,40	0,40	0,38	0,39	0,35	0,35	0,34	

#### Pernambuco

Tabela III.56 - Quantidades comercializadas e preços médios de abacaxi no CEASA

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Aug	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>	<b>(em toneladas)</b>												
1995	1.414	626	713	601	769	798	891	1.421	1.750	1.979	1.739	2.216	14.917
1996	1.337	631	603	663	467	499	1.007	1.515	2.259	2.937	3.931	3.610	19.459
1997	1.754	1.248	913	920	979	879	1.342	1.939	2.513	2.952	2.463	2.062	19.964
1998	1.053	654	496	459	667	824	1.092	1.392	1.954	2.240	1.668	1.789	14.288
<b>PREÇO</b>	<b>(em US\$/kg)</b>												
1995	0,68	0,96	0,92	0,91	0,76	0,74	0,74	0,64	0,64	0,66	1,07	0,54	
1996	0,51	0,72	0,71	0,77	0,73	0,69	0,64	0,47	0,39	0,37	0,31	0,31	
1997	0,46	0,45	0,48	0,43	0,35	0,36	0,37	0,30	0,29	0,28	0,27	0,30	
1998	0,44	0,45	0,49	0,52	0,49	0,43	0,40	0,38	0,30	0,29	0,29	0,29	

Paraíba

Tabela III.57 - Quantidades comercializadas e preços médios de abacaxi no CEASA de Alagoas

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Aug	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b> (em toneladas)													
1995	150	55	62	42	84	77	76	150	149	245	268	292	1.651
1996	196	78	95	180	76	152	114	179	203	186	519	511	2.490
1997	189	259	152	171	168	114	178	198	354	462	387	376	3.008
1998	42	39	34	51	32	38	20	24	96	161	161	138	834
<b>PREÇO</b> (em US\$/kg)													
1995	0,35	0,40	0,31	0,59	0,56	0,47	0,47	0,46	0,42	0,33	0,31	0,29	
1996	0,29	0,38	0,38	0,48	0,45	0,46	0,45	0,44	0,39	0,29	0,22	0,22	
1997	0,21	0,26	0,26	0,24	0,24	0,26	0,29	0,35	0,22	0,18	0,20	0,22	
1998	0,22	0,25	0,30	0,30	0,31	0,25	0,28	0,26	0,21	0,20	0,21	0,18	

Mercados do Centro Oeste (GO, DF);

DISTRITO FEDERAL

Tabela III.58 - Quantidades comercializadas e preço médio de abacaxi *havaí* no CEASA de Brasília

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Aug	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b> (em toneladas)													
1995	379	314	312	302	288	431	426	487	554	657	514	394	5.057
1996	351	305	313	518	542	395	365	314	284	400	242	383	4.410
1997	382	286	272	226	367	263	201	193	193	270	129	240	3.023
1998	210	174	130	118	67	47	74	69	109	102	74	64	1.235
1999	35	71	75	56	63	63	56						419
<b>PREÇO</b> (em US\$/kg)													
1995	0,68	0,73	0,79	0,80	0,78	0,75	0,75	0,75	0,75	0,73	0,66	0,66	
1996	0,58	0,64	0,65	0,65	0,54	0,51	0,50	0,45	0,39	0,39	0,39	0,39	
1997	0,36	0,38	0,38	0,38	0,36	0,32	0,32	0,30	0,31	0,29	0,29	0,29	
1998	0,29	0,35	0,35	0,43	0,48	0,48	0,47	0,47	0,47	0,46	0,45	0,42	
1999	0,43	0,33	0,33	0,33	0,33	0,31	0,28						

Tabela III.59 - Quantidades comercializadas e preço médio de abacaxi *pérola* no CEASA de Brasília

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Aug	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b> (em toneladas)													
1995	145	70	43	74	110	98	88	161	140	195	195	202	1.522
1996	97	132	129	218	107	135	344	246	381	333	389	431	2.941
1997	231	234	375	397	426	479	504	426	506	535	556	591	5.260
1998	269	192	437	443	549	472	490	572	526	538	582	634	5.704
1999	466	449	594	582	481	441	511						3.523
<b>PREÇO</b> (em US\$/kg)													
1995	0,68	1,05	1,07	1,07	0,87	0,75	0,75	0,75	0,75	0,73	0,66	0,66	
1996	0,58	0,70	0,71	0,71	0,60	0,55	0,54	0,50	0,49	0,49	0,49	0,48	
1997	0,46	0,47	0,47	0,46	0,43	0,37	0,40	0,40	0,35	0,32	0,32	0,32	
1998	0,34	0,39	0,40	0,47	0,52	0,52	0,52	0,51	0,53	0,59	0,56	0,55	
1999	0,41	0,36	0,35	0,36	0,36	0,33	0,33						

(8.4) Competitividade

Para retratar melhor a realidade, apresentamos os custos fixos mais freqüentes em seus valores mínimo e máximo, baseados em operações de exportação reais feitas atualmente. Na prática, poderá se verificar dificuldades em conter os custos na faixa apresentada, bem como conseguir custos menores em certos itens, como o frete e as embalagens.

Os preços de venda do abacaxi na Europa também estão apresentados com três valores, o mais freqüente US\$ 900/t., entre seus mínimo (US\$ 800/t.) e máximo (US\$ 1.100) observados nas estatísticas dos

últimos anos.

Tabela III.60- Custos fixos atuais na exportação para Europa

CUSTOS FIXOS (Valores em US\$/tonelada)	Mínimo	Máximo	Mais frequente
Custos portuários no destino	15	30	20
custos de transporte internacional Brasil/Europa	140	220	160
Custos portuários no Brasil	15	45	25
Custos <i>in-land</i>	15	35	20
Custos de beneficiamento e embalagem - caixas e paletes	130	150	140
Total custos	315	480	365

PREÇO MINI MERCADO INTERNACIONAL FOT porto: US\$ 800/t.	Mínimo	Máximo	Mais frequente
(-) total custos fixos	315	480	365
Margem de intermediação no destino- 5% sobre preço FOT	40	40	40
Impostos de importação			
Valor FOB			
Margem de intermediação na origem - 3% sobre valor FOB			
(=) margem competitividade regional no mercado internacional			

PREÇO MAXI MERCADO INTERNACIONAL FOT porto: US\$ 1.100/t.	Mínimo	Máximo	Mais frequente
(-) total custos fixos	315	480	365
Margem de intermediação no destino- 5% sobre preço FOT	55	55	55
Impostos de importação			
Valor FOB			
Margem de intermediação na origem - 3% sobre valor FOB			
(=) margem competitividade regional no mercado internacional			

PREÇO MAIS FREQUENTE MERCADO INTERNACIONAL FOT porto US\$ 900/t.	Mínimo	Máximo	Mais frequente
(-) total custos fixos	315	480	365
Margem de intermediação no destino- 5% sobre preço FOT	45	45	45
Impostos de importação			
Valor FOB			
Margem de intermediação na origem - 3% sobre valor FOB			
(=) preço de competitividade regional no mercado internacional	540	375	490

Com estes dados, pode-se calcular a competitividade de preços no mercado internacional para o abacaxi, da seguinte forma:

- Preços internacionais – custos de intermediação de exportações – custo de transporte interno = preço de competitividade internacional.

Assim, tem-se (US\$/kg):  $0,90 - 0,36 - 0,04 = 0,50$

Sendo o preço na área programa de US\$ 0,18/kg, conclui-se que o abacaxi tocantinense apresenta boa competitividade internacional, com margem de competitividade de 166%.

Para a competitividade nacional, usa-se o mesmo raciocínio, com a seguinte fórmula:

- Preços nacionais – custo de transporte desde a área programa = preço de competitividade.

Assim tem-se (US\$/kg):  $0,49 - 0,04 = 0,45$ .

Sendo o preço na área-programa de US\$ 0,18/kg, conclui-se que a competitividade de preços do abacaxi tocantinense no mercado nacional é muito boa, com margem de competitividade de 150%.

## (9) Banana

### (9.1) Balanço Mundial

As variedades de banana cultivadas em todo o mundo são as seguintes:

- a *musa chinensis*, ou *musa cavendishii*, a mais cultivada, e a única comercializada para exportação, chamada de cavendish. No Brasil, ela tem vários nomes como nanica, d'água, caturra, anã, china, cambota e representa 41% da produção mundial.
- a *musa sapientum*, às vezes considerada uma subespécie da *musa parudisiaca*, da qual fazem parte as bananas conhecidas no Brasil como prata, ouro e maçã, representando 13% da produção mundial.

- a *musa paradisiaca*, das quais fazem parte a pacovã e a banana da terra, entre outras. São bananas para cozinhar ou fritar – a pacovã bem maduras pode ser consumida fresca. Este grupo representa 46% da produção mundial de banana.

Uma outra classificação de banana muito utilizada é quanto à maneira de consumi-la: fruta fresca, as primeiras duas categorias (54%), e banana a cozinhar, a última categoria (46%).

De acordo com a FAO, em 1999 teriam sido produzidas 89 Mt (Mt) de banana de todas as variedades, em todo o mundo, sendo: 58,4 Mt de banana para consumo fresco e 30,6 Mt de bananas para cozinhar. Porém, levantamentos feitos por pesquisadores e especialistas em banana apontam para uma realidade diferente, em que apenas 48 Mt de banana se destinam a consumo fresco e 41 Mt para cozinhar. Esta discrepância é muito grande, e os profissionais garantem os últimos números, e tem uma consequência muito importante no caso do Brasil: as estatísticas do IBGE são contestadas pelos profissionais, que reconhecem o volume anunciado de 5 a 6 Mt como volume total de banana fresca e a cozinhar. Segundo esses profissionais, o Brasil é um grande e diversificado produtor de bananas, o segundo maior do mundo, atrás da Índia, na faixa de 6 Mt anuais, entre as variedades de consumo frescas - nanica, prata, maçã, ouro - e bananas para cozinhar. A maior parte da produção brasileira é consumida internamente; exportamos apenas 1,3% da produção, enquanto existem países especializados em produzir bananas para exportação, como Equador, Costa Rica e Colômbia, os três primeiros exportadores.

As Américas Central e do Sul, mais a região caribenha, são os maiores produtores mundiais de banana para consumo fresco, com 18 Mt das 48 Mt do ano 1999. A Ásia é o segundo maior produtor, com quase 12 Mt, e a África completa o quadro mundial. As produções européias são pouco importantes em volume, se não politicamente.

Escolheu-se apresentar os números de produção acreditados pelos profissionais da banana, e não as estatísticas da FAO, por mostrarem incoerência entre os países.

O comércio internacional de banana é o mais volumoso de todas as frutas, alcançando 12 Mt, e distingue-se pela falta de diversidade, concentrando-se em uma única variedade, a *cavendish*. É uma verdadeira indústria da banana, no sentido de produção e comercialização. Sem opção e diferenciação, deve ser considerado um setor primário quando confrontado com os citros, segundo mercado internacional mais importante, com quase 9 Mt anuais, 3/4 do mercado da banana, mas composto de mais de 40 variedades de frutas com expressão comercial, que pertencem a 5 famílias bem diferentes e com elevada taxa de industrialização.

Nos países importadores, somente a variedade *cavendish* - nanica, nanicão, caturra, anã, d'água - é conhecida dos consumidores. É também a única variedade exportada pelo Brasil.

Tabela III.61 - Produção de banana para consumo fresco no mundo

MUNDO	1997	1998	1999
<b>TOTAL (toneladas)</b>	<b>35.533.662</b>	<b>34.272.835</b>	<b>34.880.385</b>
<b>América Central</b>	<b>7.673.317</b>	<b>7.682.710</b>	<b>7.617.697</b>
Costa Rica	2.300.000	2.200.000	2.200.000
México	2000.000	2.040.740	2000.000
Guatemala	730.000	800.000	732.745
Honduras	610.000	610.000	610.000
Panamá	518.000	518.000	518.000
República Dominicana	329.000	323.000	355.000
Martinica	292000	292000	292000
Cuba	118.866	155.000	160.000
Jamaica	130.000	130.000	130.000
Guadalupe	110.800	110.800	110.800
Haiti	100.000	100.000	100.000
Outros	442.651	411.170	417.152
<b>América do Sul</b>	<b>11.357.478</b>	<b>9.705.678</b>	<b>10.357.147</b>
Equador	5.400.000	3.900.000	4.600.000
Brasil	3.100.000	2.990.000	2.727.100
Colômbia	1.607.210	1.516.640	1.570.000
Venezuela	830.200	947.651	1.000.000
Outros	420.068	441.387	460.047

<b>Ásia</b>	<b>11.380.987</b>	<b>11.649.017</b>	<b>11.723.575</b>
Índia	5.100.000	5.200.000	5.200.000
China	2.500.000	2.630.000	2.700.000
Filipinas	1.100.000	1.100.000	1.100.000
Indonésia	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Vietnã	330.000	332.000	330.000
Bangladesh	314.000	312.000	321.000
Tailândia	320.000	320.000	320.000
Malásia	150.000	150.000	150.000
Outros	566.987	595.017	602.575
<b>África</b>	<b>4.401.716</b>	<b>4.532.474</b>	<b>4.477.000</b>
Egito	635.000	655.570	600.000
Camarões	456.000	500.000	485.000
Uganda	425.000	425.000	425.000
Costa de Marfim	390.000	395.000	395.000
Tanzânia	345.000	345.000	345.000
Congo	317.659	318.361	315.000
Angola	300.000	310.000	290.000
Madagascar	229.000	229.000	235.000
África do Sul	190.000	199.000	210.000
Outros	1.114.057	1.155.543	1.177.000
<b>Europa</b>	<b>451.788</b>	<b>430.600</b>	<b>425.600</b>
Espanha	406.388	385.200	380.200
Portugal	40.000	40.000	40.000
Outros	5.400	5.400	5.400
<b>Oceania</b>	<b>268.376</b>	<b>272.356</b>	<b>279.366</b>
Austrália	219.000	223.000	230.000
Papua Nova Guiné	38.000	38.000	38.000
Outros	11.376	11.356	11.366

Fonte: Cirad-FIhor, FAO – Elaboração: Thierry Lescot

As exportações mundiais alcançaram 11,8 Mt em 99, e são lideradas pela América Latina, responsável por 9,65 Mt, 82% do comércio mundial. A Ásia produz mais para consumo interno, exportando menos de 1,5 Mt, principalmente as Filipinas para o Japão, enquanto a América Latina exporta quase a metade da produção para mercados distantes, principalmente Europa (4,5 Mt) e América do Norte (4,1 Mt).

Os países que produzem bastante e exportam pouco, são: Brasil, com 2,7 Mt produzidas e 81 mil exportadas em 99 (2,97%); Índia, com 5,2 Mt produzidas e sem registro de exportação; China, com 2,7 Mt produzidas, exportando 73 mil (2,7%) e México produzindo 2 Mt e exportando 245 mil t. (12%).

Os países que exportam muito se especializaram, utilizando tecnologias apropriadas. O Equador é o líder mundial das exportações de bananas frescas, com 3,9 Mt em 98, quase dobrando sua participação no comércio internacional nos últimos 8 anos. O segundo país exportador é a Costa Rica, exportando entre 1,8 Mt e 2 Mt, principalmente para a América do Norte. É um país que produz para exportar, com uma pauta de frutas tropicais diversificada e forte presença das multinacionais americanas. O terceiro país maior exportador é a Colômbia, com 1,5 Mt em 98. A produção de banana visa também a exportação. A Colômbia está diversificando muito sua pauta de frutas frescas, lançando novidades tropicais nos mercados do hemisfério norte (Physalis, Pitahaya, granadilla,...). O quarto país maior exportador é as Filipinas, com 1,1 Mt exportadas em 1998, para a Coreia e Japão. Esses países responderam por 70% do comércio mundial de banana em 1999.

As antigas colônias da Inglaterra e da França - os países ACP (África, Caribe e Pacífico), protegidos e favorecidos no comércio da banana - apesar de muito citados pelos concorrentes, respondem por apenas 870.000 t, 7% do comércio mundial, e menos de 20% das necessidades da União Européia, onde comercializam suas exportações.

Pensa-se que duas tendências favorecem a entrada de novos operadores nos principais mercados de banana. A tendência de marketing que vai no sentido da segmentação de mercado, usando marca própria, diversificando ofertas, introduzindo novos produtos e variedades está sendo usada há 50 anos em muitos produtos, mas sua aplicação no mundo da fruta é recente. O Brasil, para conquistar mercados, não pode negligenciar ações nesse sentido. Tendência de mudanças nas regras de distribuição, quer seja pela modificação do sistema de quotas da União Européia (ele já estava aberto para o Brasil entrar, e deve abrir mais ainda) ou no fato de que as multinacionais americanas estão entrando no mercado.



Este último acontecimento pode beneficiar os que souberem aproveitá-lo. Estas companhias abrem mercado, trazendo e adaptando tecnologias, forçando a organização da comercialização. Mas tem também o perigo da alta dependência e da perda de poder de negociação. Reconhece-se, todavia, que essas corporações podem forçar e acelerar a organização da comercialização, promover mais rapidamente as mudanças, contribuindo para clarear a situação, destacando as opções, testando-as às suas custas.

A Europa é o maior importador de banana, com 4,5 Mt por ano, 38% do comércio mundial. O Leste Europeu, incluindo a Federação Russa, importa 1,2 Mt deste total. Os Estados Unidos são o segundo maior importador, com 3,7 Mt em 1998, e junto com o Canadá (416 mil t) absorvem 35% das exportações. Coréia, China e Japão formam a terceira maior região importadora, comprando 1,5 Mt anualmente. As importações da China cresceram rapidamente, de 160 mil t, em 1995, para 865 mil, em 1998, completando sua produção estimada em 2,7 Mt

A Argentina, Uruguai e o Chile, nossos mercados mais próximos, importam mais de 420.000 t por ano. Desses, apenas a Argentina importa a banana brasileira (68 mil t em 98). O Chile e Uruguai têm o Equador como maior fornecedor.

## (9.2) Panorama nacional da banana

Ao contrário do mercado internacional, o consumo de banana no Brasil é muito diversificado e rico, cada região tem suas preferências, seguindo a estrutura de sua produção, muitas vezes nativa. Só recentemente começou-se a dar importância à cultura racional da banana, o que dificulta bastante o conhecimento detalhado da produção real de bananas no país.

As estatísticas mais recentes do IBGE (Pesquisa de Orçamento Familiar, 1996), mostram tendência de diminuição relativa de consumo: a banana representava 22% do volume de frutas consumidas em 1987, e caiu para 18% em 1996. Em valor absoluto, o consumo é de 7,33kg per capita, que resulta num volume total consumido ao redor de 1,2 Mt, representando 44% da produção nacional. Essa pesquisa mostra grande crescimento do consumo de banana prata, atingindo 3,7kg per capita, em detrimento da nanica, cujo consumo caiu para 3,3kg.

Os especialistas e operadores no mercado de banana acreditam, contudo, que o consumo brasileiro esteja mais perto de 3 Mt do que de 6 Mt.

Em termos de volume, dois tipos principais de banana são comercializados no Brasil: a nanica (com todos seus outros nomes) e a prata. As outras variedades, como a maçã apresentam uma grande diferença de escala, não passando de especialidades.

Tabela III.67. Produção brasileira de bananas - 1998

	Produção (1.000 Cachos)	Área (hectares)	Rendimento (cachos/ha)
TOTAL BRASIL	533.730	522.870	1.021
Nordeste	162.603	176.003	924
Bahia	53.548	52.188	1.026
Ceará	30.442	44.641	682
Pernambuco	35.181	33.794	1.041
Paraíba	15.230	19.135	796
Maranhão	13.007	12.607	1.032
Alagoas	3.962	3.934	1.007
Sergipe	3.303	3.560	928
Rio Grande do Norte	4.904	3.455	1.419
Piauí	3.026	2.689	1.125
Sudeste	141.864	142.236	997
São Paulo	63.000	50.170	1.256
Minas Gerais	40.568	40.370	1.005
Rio de Janeiro	16.510	28.859	572
Espírito Santo	21.786	22.837	954
Norte	133.891	114.686	1.167
Pará	72.715	51.772	1.405
Amazonas	45.419	41.701	1.089
Rondônia	6.004	7.787	771
Tocantins	4.060	5.800	700

Acre	5.415	5.001	1.083
Roraima	278	2.625	106
CentroOeste	43.621	48.709	896
Mato Grosso	22.719	30.807	737
Goiás	14.164	12.897	1.098
Mato Grosso do Sul	6.550	4.864	1.347
Distrito Federal	188	141	1.333
Sul	51.751	41.236	1.255
Santa Catarina	32.718	25.217	1.297
Rio Grande do Sul	10.043	10.219	983
Paraná	8.990	5.800	1.550

Fonte: IBGE

Não dispõe-se de levantamento de volumes produzidos por tipo de banana, mas pode-se ter uma noção da importância de cada uma analisando as quantidades comercializadas nos CEASAS, tomando-as como espelho do consumo.

Tabela III.68 -. Principais bananas comercializadas nas CEASAS de Belo-Horizonte, Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo, por variedade

		1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Belo Horizonte	Prata	29.200	27.312	27.056	32.222	42.969	37.698	46.116
	Nanica	28.167	27.497	26.170	25.356	25.246	24.651	30.162
	Maçã	4.189	2.173	1.847	2.267	3.644	2.886	2.912
	Total	61.556	56.982	55.073	59.845	71.859	65.235	79.190
Rio de Janeiro	Prata	59.937	63.845	57.737	66.539	72.978	60.357	*
	Nanica	27.672	27.062	22.334	21.687	18.603	17.092	*
	Maçã					777	1.509	*
	Total	87.609	90.907	80.071	88.226	92.358	78.958	
Distrito Federal	Prata	7.259	8.680	8.962	8.933	10.722	9.899	*
	Nanica	15.085	13.059	13.184	13.359	11.734	11.162	*
	Maçã	3.137	1.706	1.003	1.350	2.365	1.672	*
	Total	25.481	23.445	23.149	23.642	18.662	22.733	
São Paulo	Prata	9.126	10.275	14.096	11.908	13.360	10.722	12.884
	Nanica	60.800	61.300	68.680	67.760	55.450	46.959	49.374
	Maçã	7.827	6.048	3.699	3.950	5.932	4.534	3.165
	Total	77.753	77.623	86.475	83.618	74.742	62.215	65.423

Observa-se neste período de 7 anos, entre 1993 e 1999, que:

- a banana prata aumentou sua participação em cada um desses mercados, passando de 47 a 58% em Belo-Horizonte; de 68 para 76% no Rio; de 28 a 43% no Distrito Federal e de 11 a 19% em São Paulo.
- esse crescimento se deu em detrimento da nanica.
- a participação da banana maçã, que já era muito menor que as outras duas, tende a diminuir: de 7 para 3% em Belo-Horizonte; de 10 para 4% em São Paulo e de 12 para 5% no Distrito Federal.
- salvo no caso de Belo-Horizonte, as quantidades comercializadas nos CEASAS estão diminuindo, fenômeno observado no mundo inteiro.

No mundo inteiro, a quase totalidade das bananas é comercializada fresca. A parte transformada em farinha, purê, passas e outros doces é insignificante. A banana é uma fruta que se colhe, embala e transporta verde até o local de consumo, procedendo-se a climatização (amadurecimento forçado) perto dos locais de varejo. Esta regra é válida para todos os mercados, internos ou externos. O climatizador pode ser um negociante atacadista ou o próprio varejista que recebe bananas de todas as origens e tipos, para poder entregar a diversidade desejada pelos clientes ou pelas próprias lojas de sua rede.

Devido aos altos investimentos necessários para climatizar e entregar bananas até duas vezes por dia em cada loja, somente empresas especializadas dominam completamente o mercado de distribuição nos principais mercados externos. Elas são o ponto de passagem obrigatório para chegar no varejo. Mas como elas não podem deixar faltar frutas nas lojas, as empresas tendem a fazer acordos sólidos com os produtores. No caso da banana, de fato, quase toda produção destinada a exportação é controlada por estas empresas de distribuição, em parte por razões técnicas - logística complicada e delicada - em parte por acúmulo de poder econômico que as levou a uma posição dominante. E como a concentração do varejo é cada vez maior, existem apenas algumas dezenas de empresas climatizadoras e distribuidoras de bananas na Europa. A situação continua evoluindo para uma concentração maior, seguindo a tendência do varejo em se consolidar, tanto na Europa quanto na América do Norte.

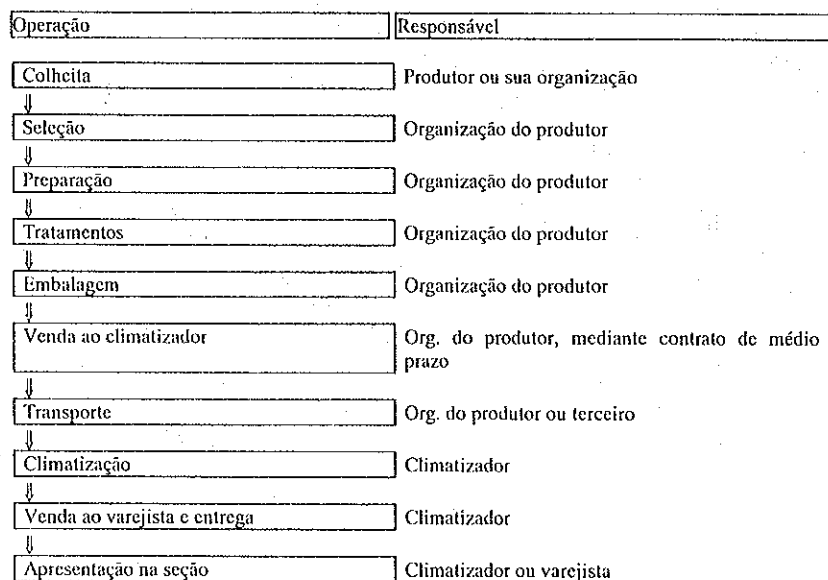
No Brasil, a concentração do varejo começou e está sendo feita de maneira muito rápida na direção dos supermercados. Hoje, meados de 2000, os cinco maiores supermercados faturam 60% do total do setor, operando na compra de frutas da seguinte forma:

- as organizações de menor porte ainda fazem suas compras e preparam os pedidos nas plataformas donos CEASAS, entregando-os com seus caminhões em cada loja, sistema que pode funcionar quando se tem poucas lojas;
- as organizações maiores estão centralizando suas compras em plataformas próprias, as vezes localizadas dentro dos CEASAS, onde recebem frutas dos produtores, preparam e entregam os pedidos de cada loja.
- outras, qualquer que seja o porte, credenciam atacadistas como fornecedores, deixando cada loja encomendar diretamente aos credenciados, de acordo com as condições e diretrizes prefixadas, mas negociadas pelo comprador da central de compras.

Muitos supermercados de tamanho intermediário pedem este serviço aos fornecedores - atacadistas que evoluíram para a prestação de serviços - com entrega de loja em loja, posicionamento e reposição dos produtos nas seções, mantendo repositores nas loja.

No caso da banana, raramente os supermercados a compram diretamente dos produtores. Com a exigência de climatização, quase todos pedem serviço completo às empresas especialistas, que climatizam e comercializam bananas, entregando todos os tipos, fornecendo os racks, etiquetando as frutas e repondo-as na seção própria, fazendo promoções, etc. Mesmo assim, muitas empresas climatizadoras/atacadistas de bananas estão fechando as portas porque não há mais espaço para tantas empresas quanto tinha no passado (foram cadastradas 750 climatizadoras em 96), devido à concentração do sistema de distribuição varejista e dos volume de vendas. Podem existir ainda muitos clientes varejistas andando pelos CEASAS, mas é fácil perceber que estes clientes são pequenos, e que todos eles juntos não permitem mais viabilizar uma empresa moderna de climatização e distribuição de bananas. Precisa-se ter os grandes como clientes para viabilizar a empresa.

#### Fluxograma - Comercialização da banana



A comercialização da banana deveria seguir este fluxograma: proceder desta forma assegura o mínimo de intermediação, e o controle total do destino da produção. Como cada produtor isolado não dispõe do tempo nem dos meios suficientes, humanos e financeiros, para ter uma boa atuação nas etapas de pós-colheita e comercialização, a solução é criar algum tipo de organização e torná-la competente para esta finalidade. Idealmente, ela pertencerá aos produtores, que terão sempre total domínio sobre ela.

### (9.3) Principais Mercados no Brasil

Eliminando o impacto do Plano Real sobre os preços das frutas no mercado interno (efeitos de alta muito forte do segundo semestre de 94 até final de 95), nota-se que os preços estão voltando ao patamar de 1993. No universo das frutas, a banana está perdendo terreno para maçãs, pêras, uvas, pêssegos, nectarinas, papais, morangos e outras, principalmente de clima temperado. É a preferência atual do consumidor.

Para se ter a estimativa do consumo per capita da região Sudeste, na ausência de outro levantamento mais preciso, propõe-se usar os dados IBGE, de 1996, nas capitais dessa região, calculando sua média ponderada e multiplicando esse valor pela população. Desta forma, estima-se que o consumo de banana na região está ao redor de 500 mil toneladas/ano.

Os 3 tipos principais comercializados na região são a banana prata, seguida de perto pela nanica, e numa proporção quatro vezes menor, pela banana maçã.

Tabela III.69 - Variedades de bananas comercializadas nos principais centros consumidores da região Sudeste

Mercado	Variedade			Total
	Prata	Nanina	Maçã	
Belo-Horizonte	58%	38%	4%	100%
Rio de Janeiro	76%	21%	3%	100%
São Paulo	19%	76%	5%	100%

Fonte: Ceasas (dados elaborados)

#### São Paulo

O CEAGESP comercializa pouco mais de 65.000 t de bananas por ano, principalmente as variedades nanica, com 76% dos volumes em 1999; prata, 19% e maçã, 5%. Estas quantidades são pequenas em relação ao consumo de bananas da região de influência da central paulistana que vai além das fronteiras da Região Metropolitana de São Paulo. Estas 65.000 t. divididas apenas pela população do Grande São Paulo indicam um consumo por pessoa por ano de apenas 3,4kg, quando se sabe que é de cerca de 7,3kg.

Se se aplica esta proporção para estimar o consumo total, poderíamos avaliar que as quantidades comercializadas através do CEAGESP representam menos de 50% do total comercializado na região e, provavelmente, muito menos ainda se considerarmos que a população atendida pelo CEAGESP é de 30 milhões de pessoas, o que determinaria um mercado potencial de 219.000 t, para o qual o CEAGESP canalizaria apenas 30%.

Tabela III.70 - Quantidade comercializada e preço médio da banana nanica no CEAGESP

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADES</b>													(toneladas)
1995	5.597	5.279	5.413	4.479	4.760	5.222	5.605	6.116	6.395	6.607	5.648	6.648	67.769
1996	5.935	5.522	5.689	5.653	5.441	4.835	5.013	4.531	4.767	5.351	5.617	5.123	63.476
1997	5.489	4.510	4.239	5.051	4.983	4.452	4.692	4.862	3.591	4.957	4.502	4.121	55.450
1998	4.499	3.635	4.375	4.148	4.055	4.138	3.678	4.047	3.809	3.533	3.407	3.635	46.959
1999	3.705	3.467	4.243	4.403	4.192	3.872	3.971	3.892	4.172	4.290	4.879	4.290	49.374
<b>PREÇOS</b>													(US\$/kg)
1995	0,61	0,55	0,73	0,92	0,75	0,75	0,58	0,53	0,50	0,47	0,43	0,45	
1996	0,39	0,39	0,44	0,44	0,38	0,37	0,41	0,52	0,49	0,49	0,43	0,34	
1997	0,34	0,35	0,33	0,37	0,36	0,34	0,36	0,35	0,33	0,32	0,31	0,30	
1998	0,29	0,29	0,33	0,33	0,33	0,30	0,32	0,35	0,34	0,37	0,39	0,32	
1999	0,24	0,16	0,16	0,20	0,20	0,21	0,21	0,21	0,22	0,20	0,20	0,21	

Deduz-se:

- a tendência decrescente de preços, com uma queda acentuada no início de 99, devida a desvalorização do real;
- a estabilização dos preços ao redor de US\$ 0,20/kg durante o ano de 99.

Tabela III.71 - Quantidade comercializada e preço médio da banana prata no CEAGESP

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>													(em toneladas)
1996	334	305	344	274	297	169	242	357	336	446	492	235	3.831
1997	287	276	247	361	418	443	684	699	612	612	559	477	5.675
1998	256	143	326	320	424	497	344	304	157	384	314	310	3.778
1999	275	275	405	388	357	462	606	519	377	406	265	285	4.619
<b>PREÇO</b>													(em US\$/kg)
1996	0,83	0,85	0,79	0,89	0,80	1,00	1,02	1,01	0,93	0,85	0,78	0,73	
1997	0,68	0,70	0,68	0,67	0,70	0,66	0,67	0,70	0,68	0,62	0,62	0,63	
1998	0,65	0,68	0,68	0,64	0,70	0,76	0,77	0,76	0,75	0,75	0,69	0,65	
1999	0,53	0,40	0,40	0,49	0,49	0,46	0,41	0,41	0,43	0,39	0,41	0,44	

Deduz-se:

- muitas irregularidades de abastecimento em volume, oscilações muito fortes, sem afetar os preços;
- a grande queda nos preços no início de 99, seguida pela estabilização dos preços ao redor de US\$ 0,40/kg.

Tabela III.72 - Quantidade comercializada e preço médio da banana maçã no CEAGESP

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>													(em toneladas)
1996	340	249	349	362	467	252	294	340	306	352	340	326	3.977
1997	350	266	335	1773	363	400	260	344	257	571	526	489	5.932
1998	410	403	478	486	516	488	452	339	349	145	241	227	4.534
1999	214	186	294	300	323	225	226	239	242	322	317	278	3.165
<b>PREÇO</b>													(em US\$/kg)
1996	1,97	1,93	1,73	1,75	1,54	1,56	1,65	1,66	1,54	1,45	1,26	1,19	
1997	1,10	1,03	1,00	1,04	0,97	0,84	0,94	0,93	0,93	0,92	0,97	0,95	
1998	0,91	0,85	0,87	0,81	0,82	0,88	0,90	0,97	1,00	1,13	1,39	1,21	
1999	0,92	0,65	0,62	0,68	0,70	0,71	0,66	0,68	0,71	0,64	0,66	0,77	

Deduz-se:

- diminuição das quantidades oferecidas, e acidentes de abastecimento que não parecem ligados a razões climáticas.
- a tendência dos preços é de queda, chegando no nível de US\$ 0,60 a 0,70/kg;

### Belo Horizonte

O CEASA de Belo Horizonte comercializa ao redor de 80.000 t de bananas por ano, divididas em três variedades: prata, com 58%; nanica, 39% e maçã, 3%. A banana prata está progredindo no mercado, ganhando uma fatia maior, subindo de 47% em 1993 para 54% em 1996 e 58% em 1999.

Com um consumo anual por pessoa de 7,3kg, o mercado total da área de influência do CEASA de Belo Horizonte, cujo raio de abrangência abrange 17 milhões de consumidores, está ao redor de 125.000 t por ano. Nestas condições, a participação do CEASA na comercialização da banana na região seria de 64%.

Tabela III.73 - Quantidade comercializada e preço médio da banana nanica no CEASA

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>													(em toneladas)
1996	2.239	2.021	2.309	2.122	2.134	2.005	2.113	1.927	1.901	2.184	2.036	2.365	25.356
1997	2.081	1.978	2.026	2.007	2.160	1.656	2.037	2.159	2.324	2.526	2.174	2.117	25.246
1998	2.073	2.023	2.177	1.883	2.178	1.973	2.004	2.072	2.395	2.008	1.706	2.159	24.651
1999	2.393	2.350	2.710	2.784	2.696	2.374	2.622	2.526	2.691	2.550	2.160	2.306	30.162
<b>PREÇO</b>													(em US\$/kg)
1996	0,33	0,28	0,32	0,33	0,29	0,30	0,30	0,42	0,37	0,44	0,40	0,31	
1997	0,26	0,26	0,26	0,30	0,31	0,25	0,26	0,28	0,27	0,25	0,23	0,23	
1998	0,24	0,23	0,26	0,31	0,29	0,25	0,26	0,29	0,31	0,33	0,36	0,33	
1999	0,21	0,14	0,17	0,19	0,18	0,18	0,18	0,21	0,20	0,20	0,21	0,21	

Deduz-se:

- a tendência do aumento dos volumes ofertados, com queda dos preços;
- depois da queda, devido à desvalorização de janeiro de 99, os preços se estabilizam ao redor de US\$ 0,20/kg, mesmo nível de São Paulo.

Tabela III.74 - Quantidade comercializada e preço médio da banana prata no CEASA

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>													(em toneladas)
1996	2.287	2.495	2.867	2.727	2.391	2.137	2.343	2.366	2.792	3.333	3.295	3.190	32.223
1997	2.831	3.389	3.434	3.533	3.177	2.854	3.120	3.712	4.527	4.318	4.329	3.745	42.969
1998	3.050	2.573	3.658	2.811	3.157	2.612	2.570	2.842	3.408	3.811	3.748	3.457	37.698
1999	3.116	3.185	3.921	3.286	3.499	3.375	3.471	3.946	4.209	4.831	4.712	4.564	46.116
<b>PREÇO</b>													(em US\$/kg)
1996	0,56	0,56	0,57	0,58	0,54	0,73	0,74	0,62	0,48	0,44	0,38	0,35	
1997	0,37	0,35	0,34	0,32	0,42	0,31	0,34	0,34	0,30	0,26	0,24	0,31	
1998	0,46	0,52	0,50	0,53	0,54	0,55	0,56	0,55	0,46	0,34	0,32	0,43	

Deduz-se:

- tendência geral de aumento dos volumes ofertados, e queda dos preços;
- os preços oscilam de maneira exagerada, mostrando mercado muito instável e perigoso.

Tabela III.75 - Quantidade comercializada e preço médio da banana maçã no CEASA de Contagem

Quant.	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>													(em toneladas)
1996	152	122	215	139	169	134	159	154	205	277	243	300	2.268
1997	317	238	307	273	300	244	318	300	357	362	320	308	3.644
1998	256	273	302	245	301	223	243	256	257	194	171	164	2.886
1999	205	176	253	305	246	230	234	231	227	246	281	278	2.913
<b>PREÇO</b>													(em US\$/kg)
1996	1,16	1,13	1,04	0,95	0,95	0,99	0,93	0,94	0,92	0,88	0,78	0,75	
1997	0,62	0,62	0,60	0,58	0,58	0,49	0,47	0,52	0,65	0,58	0,63	0,71	
1998	0,68	0,68	0,58	0,67	0,71	0,65	0,62	0,68	0,84	0,88	1,07	1,10	
1999	0,75	0,49	0,44	0,48	0,48	0,53	0,52	0,78	0,59	0,58	0,58	0,73	

Deduz-se:

- mercado pouco estável, com grande oscilação de preço - de US\$ 0.40 a 0.80
- os preços parecem estar se recuperando em 99.

Tabela III.76 - Quantidade comercializada e preço médio da banana nanica CEASA

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>													(em toneladas)
1996	1.943	1.550	2.017	1.846	1.878	1.677	1.921	1.780	1.652	1.813	1.984	1.625	21.687
1997	1.653	1.212	1.403	1.465	1.556	1.497	1.601	1.763	1.705	1.637	1.616	1.496	18.603
1998	1.770	1.351	1.648	1.542	1.560	1.513	1.509	1.410	1.211	988	1.262	1.328	17.092
1999	1.450	1.378	1.707	1.649	1.756	1.527	1.592						11.058
<b>PREÇOS</b>													(em US\$/kg)
1996	0,46	0,41	0,48	0,43	0,41	0,46	0,47	0,53	0,56	0,62	0,52	0,38	
1997	0,43	0,58	0,43	0,46	0,52	0,46	0,44	0,43	0,37	0,35	0,34	0,41	
1998	0,34	0,38	0,41	0,43	0,37	0,36	0,39	0,40	0,40	0,39	0,45	0,49	
1999	0,36	0,24	0,19	0,21	0,26	0,24	0,22						

### Rio de Janeiro

No CEASA do Rio de Janeiro, os volumes comercializados oscilam entre 80 e 90.000 t por ano, divididos em duas variedades principais, a prata, que alcançou 76% do mercado em 1999, subindo de 68% em 1993, e a nanica, diminuindo no mesmo período de 32 para 20%.

Tabela III.77 - Quantidade comercializada e preço médio da banana prata no CEASA

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>													(em toneladas)
1996	5.668	5.223	5.973	5.514	5.367	4.207	5.121	5.103	5.196	6.341	6.914	5.912	66.540
1997	6.171	4.594	6.090	6.305	6.122	5.553	6.544	6.971	6.194	6.521	6.003	5.910	72.978
1998	5.247	4.428	5.913	5.636	5.298	4.787	5.030	5.158	4.704	3.749	4.878	5.529	60.357
1999	5.350	4.901	7.201	6.114	6.247	6.198	6.111						42.122
<b>PREÇO</b>													(em US\$/kg)
1996	1,07	1,03	1,08	1,02	1,14	1,26	1,32	1,28	1,18	1,17	0,98	0,74	
1997	0,76	0,92	0,77	0,76	0,86	0,81	0,80	0,79	0,64	0,60	0,60	0,58	
1998	0,80	0,89	0,70	0,77	0,77	0,87	0,86	0,85	0,80	0,83	0,84	0,85	
1999	0,63	0,48	0,31	0,36	0,36	0,36	0,38						

Deduz-se:

- preços se mantiveram estranhamente altos (entre US\$ 0.60 e 0.80/kg) durante dois anos, até o final de 1998, quando despencaram (desvalorização) para US\$ 0.30 a 0.35/kg.

Tabela III.78 - Quantidade comercializada e preço médio da banana maçã no CEASA

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>													(em toneladas)
1997	17	25	23	37	61	46	102	96	47	140	101	82	777
1998	78	81	163	148	114	186	175	173	96	78	99	118	1.509
1999	149	144	198	208	144	129	152						1.123
<b>PREÇOS</b>													(em US\$/kg)
1997	0,75	0,82	0,74	0,73	0,72	0,62	0,61	0,61	0,50	0,50	0,50	0,50	
1998	0,71	0,78	0,73	0,74	0,73	0,72	0,71	0,71	0,72	0,82	0,84	1,01	
1999	0,73	0,47	0,41	0,43	0,45	0,51	0,51						

Deduz-se:

- tendência de aumento das quantidades comercializadas;
- preços oscilando fortemente nos últimos 12 meses do período observado;
- nível alto dos preços, US\$ 0.40 a 0.50/kg, que atrai os produtores.

#### Bahia

Tabela III.79 - Quantidade comercializada e preço médio no CEASA de Salvador

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>													(em toneladas)
1995	1.199	1.021	1.220	1.056	1.201	1.008	1.232	1.371	1.414	1.637	1.564	1.304	15.227
1996	1.518	1.125	1.416	1.326	1.265	1.072	1.315	1.486	1.625	1.896	1.832	1.655	17.531
1997	1.586	1.136	1.422	1.515	1.699	1.509	1.857	2.078	1.563	1.754	1.730	1.507	19.355
1998	1.160	889	1.273	1.063	1.485	1.240	1.238	1.484	1.731	1.737	1.687	1.269	16.256
<b>PREÇO</b>													(em US\$/kg)
1995	0,75	0,75	0,61	0,81	0,96	0,94	0,98	0,95	0,76	0,64	0,60	0,65	
1996	0,57	0,57	0,60	0,76	0,87	0,88	0,89	0,75	0,68	0,58	0,59	0,64	
1997	0,62	0,64	0,56	0,53	0,49	0,49	0,51	0,39	0,35	0,30	0,29	0,30	
1998	0,35	0,43	0,43	0,46	0,39	0,42	0,42	0,42	0,35	0,34	0,36	0,42	

Deduz-se:

- grandes oscilações nos volumes ofertados, independente de sazonalidade, com comportamento erráticos dos preços.

#### Pernambuco

Tabela III.80 - Quantidade comercializada e preço médio no CEASA

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>													(em toneladas)
1995	480	434	556	507	446	277	348	317	292	335	349	268	4.609
1996	389	328	498	404	433	438	530	616	569	553	590	548	5.896
1997	583	428	613	713	651	528	640	563	657	580	626	483	7.065

PREÇO	(em US\$/kg)											
1995	1,00	1,06	1,29	1,58	1,60	1,73	1,59	1,44	1,20	1,26	1,29	1,08
1996	0,76	0,86	0,83	0,89	0,81	0,85	0,83	0,83	0,76	0,73	0,76	0,72
1997	0,68	0,66	0,69	0,68	0,53	0,49	0,49	0,51	0,43	0,43	0,43	0,45

Deduz-se:

- aumento paulatino dos volumes oferecidos durante o período observado;
- queda gradativa dos preços, hoje na faixa de US\$ 0.20/kg.

Os dados recentes da banana nanica em Recife não foram fornecidos estatisticamente, parando em 1997.

Tabela III.81 - Quantidade comercializada e preço médio da banana prata no CEASA

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>	<b>(em toneladas)</b>												
1995	577	497	779	673	649	413	408	682	641	263	352	352	6.286
1996	469	313	494	544	391	460	444	561	473	594	932	792	6.467
1997	699	505	403	542	639	469	542	488	549	552	527	471	6.386
1998	465	433	645	453	422	392	442	439	285	429	513	281	5.199
<b>PREÇO</b>	<b>(em US\$/kg)</b>												
1995	0,27	0,27	0,26	0,27	0,33	0,35	0,49	0,41	0,25	0,44	0,40	0,46	
1996	0,21	0,20	0,23	0,29	0,28	0,29	0,29	0,27	0,19	0,15	0,13	0,13	
1997	0,12	0,15	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,16	0,12	0,11	0,11	
1998	0,27	0,18	0,24	0,30	0,30	0,36	0,37	0,32	0,29	0,28	0,22	0,22	

Deduz-se:

- variações de grande amplitude nos volumes oferecidos, que não obedecem à sazonalidade, e sim a ciclos não identificados;
- os preços acompanham estas variações ao contrário.

Tabela III.82 - Quantidade comercializada e preço médio da banana pacovã no CEASA

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>	<b>(em toneladas)</b>												
1995	3.166	2.331	2.495	2.284	2.340	2.286	2.203	2.700	3.521	4.985	5.227	4.184	37.722
1996	3.628	3.253	2.957	520	2.883	2.236	2.837	3.168	3.428	4.578	4.409	4.597	38.494
1997	4.202	3.560	3.479	3.180	3.216	3.058	3.616	3.837	4.395	5.101	5.630	4.503	47.777
1998	3.447	2.495	2.401	2.215	2.367	2.141	2.351	2.434	3.199	3.283	2.982	3.047	32.362
1999	2.465	2.067	2.362	2.022	1.923	1.883							12.722
<b>PREÇO</b>	<b>(em US\$/kg)</b>												
1995	0,34	0,41	0,46	0,59	0,71	0,62	0,65	0,61	0,55	0,51	0,40	0,41	
1996	0,26	0,31	0,45	0,53	0,55	0,59	0,61	0,49	0,30	0,19	0,15	0,16	
1997	0,21	0,21	0,22	0,22	0,22	0,22	0,22	0,21	0,22	0,18	0,15	0,15	
1998	0,20	0,24	0,31	0,39	0,38	0,45	0,46	0,45	0,37	0,23	0,29	0,28	
1999	0,26	0,20	0,21	0,28	0,29	0,26							

Deduz-se:

- oscilações fortes no abastecimento desta banana no mercado de Recife;
- preços reagindo aos volumes ofertados, segurando um nível de US\$ 0,20 a 0,25/kg no final do período apresentado.

### Brasília

Em Brasília, o CEASA comercializa em torno de 23.000 t por ano, divididas entre as variedades nanica, com 52%, prata, com 43%, e maçã, com 5%.

Entre 93 e 98, a variedade prata aumentou sua participação no mercado, subindo de 28% para 43%, em detrimento das variedades nanica e maçã, que caíram de 60% para 52% e de 12% para 5%, respectivamente.



Tabela III.83 - Quantidade comercializada e preço médio da banana nanica no CEASA

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>													
(em toneladas)													
1995	1.049	962	1.096	878	963	1.093	1.072	1.316	1.295	1.313	1.133	1.013	13.184
1996	1.249	1.254	1.188	1.013	1.082	1.001	1.189	1.171	1.048	1.105	1.066	994	13.359
1997	870	840	986	986	1.099	1.047	1.067	1.095	1.056	933	807	948	11.734
1998	918	872	1.137	956	957	966	931	1.200	932	829	759	704	11.162
1999	898	802	1.000	1.029	996	976	942						6.643
<b>PREÇO</b>													
(em US\$/kg)													
1995	0,82	0,82	0,86	0,98	0,99	0,91	0,82	0,79	0,78	0,68	0,69	0,69	
1996	0,58	0,52	0,56	0,54	0,53	0,52	0,52	0,64	0,58	0,58	0,57	0,54	
1997	0,44	0,44	0,46	0,47	0,44	0,42	0,45	0,45	0,45	0,44	0,44	0,45	
1998	0,50	0,41	0,42	0,42	0,42	0,42	0,41	0,43	0,44	0,51	0,57	0,50	
1999	0,39	0,26	0,25	0,29	0,29	0,27	0,29						

Deduz-se:

- a diminuição das quantidades comercializadas ao longo do período;
- a volta dos preços ao patamar anterior ao plano Real, no nível de US\$ 0.25 a 0.30/kg.

Tabela III.84 - Quantidade comercializada e preço médio da banana prata no CEASA

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>QUANTIDADE</b>													
(em toneladas)													
1995	644	690	853	686	726	717	669	755	736	790	852	844	8.962
1996	820	805	830	852	854	593	514	603	682	689	850	842	8.933
1997	994	842	925	830	708	788	748	746	951	1.149	1.073	969	10.722
1998	816	712	878	887	751	595	714	775	840	1.007	1.020	904	9.899
1999	843	846	1.057	923	934	813	908						6.325
<b>PREÇO</b>													
(em US\$/kg)													
1995	1,29	1,35	1,42	1,44	1,45	1,51	1,47	1,47	1,45	0,89	0,91	0,88	
1996	0,93	0,91	0,89	0,89	0,88	0,99	1,10	1,07	0,97	0,93	0,79	0,74	
1997	0,68	0,66	0,64	0,63	0,69	0,62	0,60	0,60	0,60	0,49	0,49	0,60	
1998	0,72	0,75	0,71	0,71	0,72	0,73	0,75	0,72	0,70	0,65	0,61	0,66	
1999	0,53	0,40	0,34	0,45	0,46	0,43	0,42						

Deduz-se:

- aumento das quantidades comercializadas ao longo do período;
- queda dos preços para o nível de US\$ 0.35 a 0.40/kg.

#### (9.4) Competitividade

Para retratar melhor a realidade, apresentamos os custos fixos mais frequentes entre seus valores mínimo e máximo, baseados em operações de exportação reais feitas atualmente. Na prática, poderão ser verificadas dificuldades em conter custos na faixa apresentada, bem como conseguir custos menores em certos itens, como frete e embalagens.

Os preços de venda da banana na Europa estão apresentados com três valores, o mais frequente (US\$ 700/t), o mínimo (US\$ 600/t) e o máximo (US\$ 900/t) observados nas estatísticas dos últimos anos.

Decompondo os preços internacionais mais frequentes nos principais mercados até o seu valor FOB, verifica-se uma grande margem de competitividade de preços, da ordem de 46%, para atuação das regiões produtoras, o que corresponde a US\$ 223 por tonelada, ou seja, um valor muito próximo ao preço FOB da banana. Verifica-se, portanto, que há um bom espaço para remuneração da organização da produção regional para exportação, compreendendo formação de lotes com escala para o comércio internacional, homogeneização da qualidade do produto e implantação da logística de frio (climatização) e transporte.

Assim, a restrição é mais de organização da produção e logística do que de competitividade de preços, uma vez que as margens de comercialização mais frequentes variam entre 28% e 87%.